



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

Pregão Presencial N° 000017/2018 - Data: 02 de maio de 2018 as 09:00
Processo N° 000146,149,150e281/2018

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N° 000146,149,150e281/2018

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, conforme Leis Complementares n°s 123, de 14 de dezembro de 2006, 128, de 19 de dezembro de 2008.

MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO/ES, pessoa jurídica de direito público, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do seu Pregoeiro, que abaixo subscreve, designado pela Portaria 00141/2017, com interesse da **SECRETARIA M. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE e SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, torna público que no dia **02 de maio de 2018 às 09:00**, realizará licitação na Modalidade **PREGÃO** realizado na forma **PRESENCIAL**, visando **AQUISIÇÃO DE EPIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, especificados nos anexos deste Edital, sob o regime de **MENOR PREÇO LOTE** a qual será processada e julgada em conformidade com as Leis n°s 10.520/02 e 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar n° 123/06, 147/14 e suas alterações, Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e tudo em conformidade com o Processo 000146,149,150e281/2018.

O Município fornecerá aos interessados, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES <http://www.pedrocanario.es.gov.br> no link "LICITAÇÕES" o download gratuito do edital do certame.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: PREGÃO PRESENCIAL

DIA: 02 de maio de 2018

HORÁRIO DE ABERTURA DO CERTAME: 09:00min (horário de Brasília/DF)

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: 09:00min

HORÁRIO PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Até 30 (trinta) minutos antes do horário designado para abertura do certame

Local de Protocolo: Setor de Protocolo

ENDEREÇO: Rua São Paulo, 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário/ES - CEP 29.970-000.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EPIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, conforme especificado no Termo de Referência anexo.

2. DA APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

CREDENCIAMENTO - ENVELOPE A (OPCIONAL) / PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE B / DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE C.

2.1 - Deverão ser PROTOCOLADOS, no setor de Protocolo deste município, na data, horário e endereço referidos acima, os envelopes com as seguintes indicações externas:

2.1.1 - NÃO SERÁ RECEBIDO, EM NENHUMA HIPÓTESE, QUAISQUER DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO FORA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

2.1.2 - Não serão aceitos os envelopes de Credenciamento, Proposta de Preço e Documentos de Habilitação enviados por correio ou deixados no setor de licitação.

Envelope A deverá conter os documentos de CREDENCIAMENTO (Item 04), DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP OU MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL e DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Envelope B deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL** que atenda a todos os requisitos do Item 5 deste edital, devendo preferencialmente ser apresentada conforme modelo de Proposta Comercial no Anexo V deste edital. Deverá ainda integrar o envelope B **sob pena de desclassificação - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA COMERCIAL**

Envelope C deverá conter os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no item 7 deste Edital.

2.2 - Os envelopes deverão conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE A - CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

ENVELOPE B - PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

ENVELOPE C - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

2.3 - A reunião para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Comercial e dos Documentos Habilitatórios, será pública, dirigida pelo Pregoeiro Oficial de Prefeitura Municipal auxiliado pela Comissão de Apoio ao Pregão, e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com este Edital e seus Anexos.

2.4 - Declarada à abertura da sessão de Pregão pelo Pregoeiro Oficial, dando-se início ABERTURA dos envelopes e após o horário designado para protocolo dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.5 - Serão abertos todos os envelopes de PROPOSTAS COMERCIAIS apresentados, sendo feita a sua conferência e rubrica da Equipe de Apoio e posteriormente pelo Pregoeiro, as propostas serão disponibilizadas para conferências e rubricas dos Licitantes Credenciados.

2.5.1 - As Propostas Comerciais serão julgadas conforme disposto posteriormente neste edital e deverá atender aos requisitos deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - A participação nesta licitação é restrita às MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seu(s) Anexo(s).

3.1.1 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

propostas.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.2.1 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.5 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2.6 - Que tenha entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município.

3.2.7 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.3 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

3.3.1 - A fim de receber os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 o licitante deverá apresentar no **ENVELOPE A juntamente** com a declaração de enquadramento no regime das MEs e EPPs, com reconhecimento de firma, pelo representante legal da empresa e pelo Contador responsável pela contabilidade da empresa informando o número de Registro no Conselho Profissional, conforme modelo constante do Anexo IV, **apresentar a certidão emitida pela junta comercial** (Artigo 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30/04/2007) comprovando sua situação de enquadramento, dentro do último exercício financeiro, ou seja, **A PARTIR DE 02 DE MAIO DE 2017**. Conforme o caso a licitante enquadrada no regime poderá ainda encaminhar o comprovante de adesão ao SIMPLES NACIONAL.

3.3.2 - A não comprovação de enquadramento da empresa como ME, EPP ou Cooperativa, na forma estabelecida no item 3.3 deste Edital, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro da aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame. ,

3.3.3 - A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4. ENVELOPE A - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - A licitante deverá se fazer presente junto ao Pregoeiro mediante **somente um representante**, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame.

4.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular (Reconhecido Firma), atribuindo ao credenciado poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, juntamente com cópia o contrato social da empresa.

4.3 - O Representante Legal ou Representante Constituído poderá apresentar no ato da abertura da sessão, junto ao Pregoeiro e equipe de apoio ou protocolizar no **Envelope A** os documentos para o devido Credenciamento. Para tanto, é necessário apresentar os seguintes:

4.3.1 - Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;

4.3.2 - Cópia autenticada do Registro comercial, no caso de empresa individual **ou**; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores **ou**; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício **ou**; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.3 - Declaração de Enquadramento no regime das MEs e EPPs (Quando o licitante atender aos requisitos);

4.3.4 - Certidão emitida pela junta comercial (Artigo 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30/04/2007), observando a data do item 3.3.1.

4.3.5 - Documento que o credencie a participar (Procuração Pública ou Instrumento Particular (Reconhecido Firma));

4.3.6 - Cópia Autenticada do documento de Identidade ou equivalente, com foto, **do representante**;

4.4 - Fazendo-se representar por proprietário, sócio ou diretor, este deverá comprovar através da cópia autenticada de um dos itens 4.3.2, além dos documentos de itens 4.3.1 e 4.3.3 e 4.3.4 e 4.3.5 e 4.3.6, a condição alegada de representante, e conseqüente posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao certame.

4.5 - Tanto na Credencial como na Procuração deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

4.6 - A licitante que não se fizer representar por credenciado, participando do certame com o envio dos Envelopes contendo os Documentos Habilitatórios e Proposta Comercial, deverá encaminhar no Envelope A os documentos constantes nos itens 4.3.1 e 4.3.2 e 4.3.3 e 4.3.4 e 4.3.5 deste edital.

4.7 - A Apresentação dos documentos descritos no item 4.3. no momento do credenciamento dispensa a reapresentação do documento no envelope de documentação habilitatória.

5. ENVELOPE B - PROPOSTA COMERCIAL - DOS REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO

5.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO LOTE**, portanto, a proposta deverá ser datilografada ou digitada, apresentada em papel timbrado ou impresso da empresa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, obedecendo rigorosamente aos termos do edital e do Termo de Referência, e dela **devem constar**:

5.1.1 - Discriminação completa do Objeto e indicação de preço fixo e irredutível, contendo até duas casas decimais, preferencialmente em algarismo e por extenso, para o **item** cotado, **CONFORME ANEXO I DO EDITAL**, devendo nos preços informados já estar inclusos os impostos, taxas, seguros e garantias, bem como, assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedido.

5.1.2 - INDICAÇÃO DA VALIDADE DA PROPOSTA, cujo prazo não seja inferior a **60 (SESSENTA) DIAS** corridos, a contar da data da apresentação da Proposta Comercial, sendo vedada simples manifestação "**conforme o edital**". sob pena de desclassificação da licitante que não informar a validade de sua proposta.

5.1.3 - Indicação do Nome ou Razão Social da proponente, informando o endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato, bem como as informações do Representante Legal que assinará o Contrato: Nome, qualificação, nº do CPF/MF, Carteira de Identidade, nacionalidade, profissão e cargo na empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato

5.1.4 - Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos, despesas, impostos, fretes e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seu Anexo;

5.1.5 - Declaração expressa que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: Instalações, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

5.1.6 - Prazo de Entrega: Em conformidade com o item 10 do edital e Termo de Referência.

5.1.7 - Os licitantes deverão constar em sua proposta comercial a **MARCA**, **sob pena de desclassificação**.

5.1.7.1 - Somente serão aceitos as informações contidas na proposta comercial.

5.1.8 - A empresa deverá apresentar em sua proposta, **DECLARAÇÃO**, informando a **garantia dos materiais e equipamentos que deverão ser de acordo com Código de Defesa do Consumidor**.

5.2 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA DE PREÇOS, conforme modelo



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

contido no Anexo VII deste edital, **sob pena de desclassificação da licitante.**

5.3 - Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

5.4 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos na mesma, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo ser os materiais entregues ao Município de Pedro Canário sem ônus adicionais.

5.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente **Editai e seus Anexos**, bem como as que sejam omissas, que apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.6 - **A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**

5.7 - Em **NENHUMA HIPÓTESE PODERÁ SER ALTERADA A PROPOSTA APRESENTADA**, tanto no que se refere ao seu mérito, quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou qualquer modificação que importe em alterar os termos originais, **SOB A PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E NO ART. 7º DA LEI 10.520/02.**

5.8 - Não será aceito, propostas parciais (Quantidade inferior) com relação a cada item.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - Será **julgada e adjudicada** vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO LOTE, respeitada a fase de lances.

6.1.1 - Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo;

6.2 - Serão classificados pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta com menor preço, definido no objeto deste Edital e Anexos e as propostas com preços até 10% superior àquele ou, as propostas das 03 (três) melhores ofertas, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do artigo nº 4, da Lei 10.520/02.

6.3 - Aos proponentes classificados conforme subitem 6.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

6.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

6.4 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

6.4.1 - A desistência em apresentar lances verbais implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

6.5 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

6.6 - O Pregoeiro conduzirá as rodadas de lances até a apresentação da proposta mais vantajosa que será declarada arrematante.

6.7 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a **lei complementar 123/2006**, em seu art. 44.

6.7.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta.

6.8 - Para efeito do disposto no item 6.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma, com observação do disposto no subitem 6.8.2:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.8.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.8.2 - O disposto no item 6.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.9 - Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO LOTE.

6.10 - Auxiliado pela Equipe de Apoio o Pregoeiro examinará e emitirá juízo quanto a aceitabilidade observados os requisitos do objeto apresentado, bem como o valor proposto pela primeira classificada, e o atendimento os requisitos do item 5 deste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

6.11 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o **objeto deste Edital e Anexos**.

6.12 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição, definida no objeto deste Edital e Anexos.

6.12.1 - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.13 - No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, **não sendo caso de aplicação dos itens 6.7 e 6.8**, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, para definição da ordem de oferta de lances.

6.14 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

6.15 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos **neste Edital e Anexos**, a Proposta será desclassificada.

6.16 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

6.17 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste **Edital e Anexos**.

7. ENVELOPE C - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Após o encerramento da fase de lances verbais, com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à abertura do envelope C, para análise dos documentos de habilitação da(s) proponente(s) classificada(s).

7.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens 7.2.1. a 7.2.6, **DESDE QUE ATENDIDOS OS REQUISITOS ESPECIFICADOS NAS OBSERVAÇÕES DOS ITENS 7.3 A 7.14 DESTE EDITAL**.

7.2.1 - Habilitação Jurídica



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

7.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subseqüentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

7.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

7.2.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2 - Qualificação Econômico-Financeira

7.2.2.1. Certidão negativa de pedido de falência e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

7.2.2.2 Apresentação de capital registrado, no montante mínimo a 10% (dez por cento), considerando o somatório do lote para os quais a empresa arrematou, comprovado através do Contrato Social ou documento equivalente.

7.2.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.2.3.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

7.2.3.2. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

7.2.3.3. Certidões de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal).

7.2.3.4. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

7.2.3.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

7.2.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

7.2.4 - Prova de Regularidade Cadastral

7.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.2.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (SINTEGRA) ou Municipal (ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.2.5 - Qualificação Técnica

7.2.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável, em papel timbrado da empresa emissora.

7.2.6 - Declarações

7.2.6.1. Declaração de Superveniência de fato impeditivo para habilitação;

7.2.6.2. Declaração de Inexistência de menores em seu quadro de pessoal (Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/02);

7.3 - Objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

7.4 - Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

autorize a sua aceitação.

7.5 - A documentação exigida nos subitens do item 7 deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.N.P.J.).

7.6 - A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade também por esse meio, pela Equipe de Apoio ou pelo **Pregoeiro**.

7.7 - Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **03 (três) meses** entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

7.8 - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta.

7.8.1 Nenhuma cópia de documento será autenticada ou reconhecida, mesmo com a apresentação dos originais, por nenhum órgão ou funcionário pertencente a Prefeitura Municipal de Pedro Canário. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório e ficarão retidos.

7.9 - Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

7.10 - Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecimento no item 7 deste edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

7.11 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

7.12 - A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.13 - Em caso de a empresa apresentar documento com restrição quanto à regularidade fiscal, para que as empresas regularize sua situação, ser-lhe-á assegurado o prazo 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado a partir do momento em que a licitante for declarada arrematante, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.

7.14 - OS DOCUMENTOS DEVEM SER APRESENTADOS, PREFERENCIALMENTE, NA MESMA ORDEM DISPOSTA PELO EDITAL.

8. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

8.1 - Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Pedro Canário.

8.1.1 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.1.2 - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.1.3 - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

8.1.4 - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

8.2 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

- a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;
- b) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);
- c) os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da PMPC, e fora do prazo legal não serão conhecidos.

8.3 - impugnação:

- a) Aplicam-se os dispostos nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 41 da Lei 8.666/93, em consonância com o disposto no Art. 12 do Decreto nº. 3555/2000.

9. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.

9.2 - Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

10. PRAZOS, INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS MATERIAIS E REAJUSTE:

10.1 - A entrega dos materiais dar-se-á no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos** após o recebimento da Autorização de Fornecimento e solicitação do setor;

10.2 - O fornecimento da Escada de Fibra Extensível será realizado de forma IMEDIATA e dos demais materiais serão realizados de forma PARCELADA (CONTINUA E FRACIONADA).

10.3 - Os materiais serão entregues no Almoarifado Central da Prefeitura, localizado à Av. Presidente Castelo Branco, Centro, Pedro Canário/ES, no horário das 08h às 11h e 14h às 16h, de segunda a sexta-feira, sem nenhum ônus para a Contratante e após prévio agendamento do Setor Responsável.

10.4 - Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital/Empenho, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

10.5 - O servidor responsável pelo recebimento dos materiais poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

10.6 - O objeto da licitação será recebido previamente para verificação de atendimento aos requisitos editalícios e posteriormente o recebimento total com o devido ateste de recebimento da nota fiscal.

10.7 - O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período, de acordo com o artigo 40, inciso XI.

10.8 - A fiscalização da entrega do objeto desta licitação será de competência e responsabilidade exclusiva do Município através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, a quem caberá verificar se, na sua execução, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o Termo de Referência, suas especificações e demais requisitos, bem como atestar as notas fiscais/faturas, com vistas a posterior autorização dos pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços objeto deste edital.

11. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA DOS MATERIAIS

11.1 Os materiais e equipamentos terão garantia mínima de **de acordo com o Código de Defesa do Consumidor contra defeitos de fabricação**, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11.2 A empresa vencedora deverá oferecer garantia de fábrica com fornecimento neste Estado;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

11.3 A licitante vencedora deverá apresentar como forma de comprovação da garantia mencionada Certificado de Garantia do Fabricante, ou documento similar;

11.4 No caso dos produtos apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

11.5 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

12.1 - A empresa vencedora obrigar-se-á a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.

12.1.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1.1.1 - Entregar os materiais conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

12.1.1.2 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE;

12.1.1.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

12.1.1.4 - Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

12.1.1.5 - Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

12.1.1.6 - Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;

12.1.1.7 - Credenciar, junto a(s) Secretaria(s) Municipal(is) Solicitante(s), um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

12.1.1.8 - Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a serem entregues, devidamente atestada por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexado a comprovação da quitação com o INSS e FGTS, de acordo com a legislação em vigor;

12.1.1.9 - Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos.

12.1.1.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.

12.1.1.11 - Substituir o produto, quando do surgimento de eventuais defeitos verificados, durante o período da garantia oferecida pelo fabricante, atendendo no prazo máximo de 48 horas as solicitações nesse sentido;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Se o licitante desistir de sua proposta ou não a mantiver após a abertura dos envelopes de proposta de preço, falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.

13.1.1 - Advertência - nos casos de:

- Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;
- Não apresentação de amostra, quando solicitada.

13.1.2 - Multa - nos seguintes casos e percentuais:



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

13.1.2.1 As multas serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

13.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) Por reincidência, no mínimo de 03 (três) vezes, em não apresentação de amostra, quando solicitada: até 01 (um) ano;
- d) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

13.1.3.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

13.2 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

13.3 Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

13.3.1 O recurso será dirigido a autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.

13.4. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, apresentado a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pedro Canário e será a cargo da Secretaria requisitante, conforme seguinte dotação orçamentária.

Ficha:0000281

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Função: 25 - ENERGIA



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA
Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS
Projeto/Atividade: 1.027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Elemento Despesa: 44903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 16020000 - COSIP

Ficha: 0000269

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função: 17 - SANEAMENTO
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS
Projeto/Atividade: 2.220 - SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA
Elemento Despesa: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 16050000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO ESTADUAL

Ficha: 0000283

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função: 25 - ENERGIA
Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA
Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS
Projeto/Atividade: 1.027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Elemento Despesa: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte Recurso: 16020000 - COSIP

Ficha: 0000448

Órgão: 110000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 110100 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0041 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
Projeto/Atividade: 2.069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Elemento Despesa: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 10000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

15. DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

15.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

15.2 Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os materiais ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

16.2 A CONTRATADA deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

16.3 - A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

16.4 - O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

16.5 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

17.2 - A PMPC reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas e em quaisquer tipo de documento, em qualquer fase da licitação.

17.3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

17.4 - O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

17.5 - Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta PMPC.

17.6 - Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.

17.7 - O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

17.8 - Informações complementares inerentes ao edital e este pregão poderão ser obtidas pelos interessados através do **E-mail licitação@pedrocanario.es.gov.br <mailto:licitação@pedrocanario.es.gov.br>**.

17.8.1 - As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

17.9 - O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

17.10 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.12 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à execução dos serviços licitados.

17.13 - A devolução dos envelopes "HABILITAÇÃO" para as empresas não vencedores da licitação, ocorrerá após a formalização do contrato, mediante recibo assinado pelo representante da empresa, e, Se em até 10 (dez) dias após a publicação do Resumo do Contrato não houver ocorrido a retirada dos envelopes os mesmos serão destruídos.

17.14 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será na Comarca de Pedro Canário- ES, com exclusão de qualquer outro.

17.15 - Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

17.15.1 - Termo de Referência - Especificação do objeto e demais condições;



**Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

- 17.15.2** - Anexo I- Relação dos Objetos/Serviços a serem Contratados
- 17.15.3** - Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento.
- 17.15.4** - Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
- 17.15.5** - Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa
- 17.15.6** - Anexo V - Modelo de Formação de Preços/Proposta
- 17.15.7** - Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta
- 17.15.8** - Anexo VII - Modelo de Declaração de Superveniência
- 17.15.9** - Anexo VIII - Modelo de Declaração inciso XXXIII, Art. 7° CF
- 17.15.10** - Anexo IX - Minuta do Contrato

Pedro Canário/ES, 16 de abril de 2018

LUIZ CARLOS DADALTO FILHO
Presidente Comissão de Licitação



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS

1. OBJETO:

1.1. O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É A AQUISIÇÃO DOS EPI'S PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA REALIZADA DAS RUAS E AVENIDAS DA SEDE E DISTRITOS DESTA MUNICIPALIDADE, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, conforme descrição abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CONJUNTO PARA ELETRICISTA CALÇA E CAMISA, de acordo com a NR10 , para Risco 1(I) e 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino - Tecido FR 100% Algodão 8oz (270 g/m ²); Com faixas refletivas retardantes a chama (antichama); Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa, fechamento com velcro e divisão para caneta; Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 10,7 cal/cm² ; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Com CA. Cor cinza. Tamanhos P ao XG. CALÇA passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; ATPV 10,7 cal/cm² ; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Com CA. Cor cinza. Tamanho 36 ao 40. Conforme solicitado pela Secretaria.	und	08
02	CAPACETE classe B, Tipo II (aba frontal), para uso geral inclusive para trabalhos com energia elétrica com jugular Casco: rígido, leve, balanceado para um dia inteiro de uso confortável, injetado numa única peça em polietileno de alta densidade, sem porosidade, não sendo condutor de corrente elétrica e com alta resistência dielétrica. Possui fendas laterais (Slot) para que sejam acoplados protetores faciais e auditivos. Cor Vermelho	und	06
03	LUVA de Segurança Tamanho XG - PU Preta, Luva de segurança tricotada em nylon, Revestimento em poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos, punho com elastano, Possui propriedade antiestática, C.A: 15.272, Tamanho: XG	und	20
04	BOTA para eletricista com elástico em couro vaqueta. Solado PU Bidensidade - Sem Bico, Testado a 14kV conforme norma NBR 12576. Com CA. Tamanho: 34 ao 46, conforme solicitado pela Secretaria.	und	10

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação desde objeto se justifica diante da necessidade de oferecer proteção individual ao profissional que executa o serviço de manutenção da iluminação pública.

2.2. A contratação de pessoa jurídica para o fornecimento do objeto acima mencionado obedecerá às normas e procedimentos administrativos das Leis 10.52/2002 e 8.666/1993 e suas alterações.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1. As propostas serão julgadas de acordo com o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações, prevalecendo, para efeito de classificação, o critério de MENOR PREÇO POR ITEM OU LOTE, ficando a critério do Responsável pelo Departamento de Licitação definir.

3.2. No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas concernentes ao fornecimento dos objetos, como impostos, taxas, fretes, contribuições, despesas com mão de obra, instalação e outras que se fizerem necessárias à



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

plena e completa execução do objeto deste termo.

3.3. O valor máximo admitido para esta contratação estará estimado no mapa de apuração na pesquisa de preço de mercado;

3.4. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar a planilha com os preços já ajustados ao valor global ofertado no certame, no prazo máximo de 48 horas, não prorrogável;

3.5. A proposta de preço apresentada deve ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

4. DO PRAZO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

4.1. O fornecimento dos objetos registrados neste processo será entregue após a homologação do processo e a emissão da Ordem de Fornecimento específico;

4.2. A solicitação será PARCELADA, de acordo com as necessidades da Secretaria, através de servidor previamente autorizado, o qual solicitará o produto junto à CONTRATADA;

4.3. O local de entrega será no almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, localizado à AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, CENTRO, PEDRO CANÁRIO/ES, CEP. 29.970-000,

4.4. HORÁRIO PARA ENTREGA DAS 08H00MINH AS 11H00MINH e 14H00MINH AS 16H00MINH DE SEGUNDA FEIRA A SEXTA FEIRA.

4.5. A contratada deverá, obrigatoriamente, consultar a SEMOB, através do telefone (27) 3764-1431 ou e-mail obras@pedrocanario.es.gov.br; para fazer o agendamento da entrega.

4.6. O PRAZO PARA A ENTREGA DO MATERIAL SERÁ DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO GESTO DO CONTRATO, SENDO QUE A ENTREGA SERÁ EFETUADAS EM CONFORMIDADE COM AS SOLICITAÇÕES ESTIPULADAS PELA CONTRATANTE.

4.7. A empresa CONTRATADA deverá fornecer os produtos dos tipos, tamanhos e quantidades satisfatórias ao cumprimento do contrato. A Fiscalização poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer produto não satisfatório.

4.8. Ocorrendo rejeição dos produtos por não se enquadrar na especificação estipulada ou apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação, o Contratado deverá refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data em que for comunicado da cita rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.

4.9. O objeto adquirido deverá que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade/técnica; relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

4.10. Caso seja verificada a necessidade de entrega urgente, o fiscal do contrato poderá acordar o prazo de entrega diretamente com a Contratada;

4.11. O recebimento provisório do serviço realizado ou o material entregue dar-se-á pela conferência com a descrição constante da ordem de serviço ou de fornecimento, e o recebimento definitivo, depois do atesto do demandante;

4.12. O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos mesmos.

5. RECEBIMENTO:

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

5.1.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: o objeto será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

5.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO: no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

5.2. A CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da notificação, aqueles que apresentem vícios que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo a que se destinam.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor, nos termos dos subitens 6.4 e 6.5.

5.4. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, à fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 5.6.

5.5. Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições editalícia, o fiscal do contrato encaminhará a nota fiscal para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, com vistas à glosa do valor do material recusado ou não entregue, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5.6. Glosada a nota fiscal, deverá o fiscal de o contrato providenciar, junto à Secretaria de Finanças, a emissão de nota fiscal para acompanhamento do material a ser devolvido, notificando a Contratada para que proceda à retirada deste, às suas expensas, no prazo de 90 dias, contados do recebimento da notificação.

5.7. O material recusado que não for retirado pela Contratada no prazo estabelecido será enviado para entidades filantrópicas sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública federal, ou para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

5.8. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO PRESTADO:

6.1. A Contratada, no ato de entrega dos bens, deverá apresentar o Termo de Garantia Contratual.

6.2. A Contratada deverá oferecer garantia, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para o item a ser adquiridos, a partir do recebimento definitivo.

6.3. A Contratada deverá apresentar, a cada procedimento de assistência técnica, relatório contendo a data de abertura do chamado, a identificação do vício constatado e as providências tomadas ou a serem adotadas, informando o prazo necessário para concluir a assistência, que não poderá ser superior a 30 dias, a contar da data de abertura do chamado.

6.4. Não sendo o vício sanado no prazo do subitem 5.4, a fiscalização do contrato notificará a contratada para que substitua o produto por outro novo da mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, em no máximo 10 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de ser-lhe aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.

7. DA AMOSTRA:

7.1. A amostra se necessário a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por meio de seus Representantes poderá solicitar avaliação.

7.2. A avaliação de amostras não deve ser realizada na etapa de habilitação, podendo se dar na fase de classificação. Nessa oportunidade, examina-se de maneira documental a proposta classificada em primeiro lugar, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/2002 e art. 11, inciso XII, do Decreto nº 3.555/2000, e, caso aceita, solicitase ao licitante que envie amostras do objeto a serem submetidas ao procedimento de avaliação.

7.3. Em caso de aprovação, o processo licitatório segue para a fase de habilitação (art. 4º, inciso XII, Lei nº 10.520/2002) e, se também atendidas às condições habilitatórias, o licitante é declarado vencedor (art. 4º, inciso XV) e o objeto é adjudicado (inciso XXI do mesmo artigo).

7.4. Ressalte-se que a avaliação de amostras deve se dar somente após a etapa de lances, preservando o potencial ganho de economia viabilizado pelos lances no Pregão.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:

- 8.1. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE;
- 8.2. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;
- 8.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório da licitação;
- 8.4. Manter pessoal especializado para a execução dos serviços;
- 8.5. Manter pessoal, em serviço nas instalações da CONTRATADA, devidamente identificado com crachás e com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;
- 8.6. Disponibilizar para a CONTRATADA um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamadas;
- 8.7. Corrigir, a suas expensas, os serviços ou produtos que forem entregues com vícios defeitos ou incorreções, efetuando as devidas substituições num prazo de até 08 (oito) horas úteis;
- 8.8. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, físicas, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contratado, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;
- 8.9. Ser responsável por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

9. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1. A fiscalização contratual será realizada por servidor, lotados nesta secretaria, no qual foi designada para fiscalizar contrato, através de Portaria interna a ser expedida após a assinatura do contrato;
- 9.2. Apesar de a CONTRATADA ser a única responsável pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação dos serviços, por intermédio do servidor designado para a fiscalização.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- 10.1. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE;
- 10.2. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;
- 10.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório da licitação;
- 10.4. Manter pessoal especializado para a execução dos serviços;
- 10.5. Manter pessoal, em serviço nas instalações da CONTRATADA, devidamente identificado com crachás e com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;
- 10.6. Disponibilizar para a CONTRATADA um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamadas;
- 10.7. Corrigir, a suas expensas, os serviços ou produtos que forem entregues com vícios defeitos ou incorreções, efetuando as devidas substituições num prazo de até 02 (dois) dias úteis;
- 10.8. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, físicas, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contratado,



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

10.9. Ser responsável por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

11.1. Emitir ordem de fornecimento com todas as informações necessárias para a perfeita prestação do serviço, por intermédio do representante designado pela administração;

11.2. Exercer a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por servidores especialmente designados;

11.3. Efetuar os pagamentos com pontualidade nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais fornecidos em desacordo;

11.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, na ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos produtos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.5. Solicitar ao preposto sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação do fornecimento e serviços prestados pela CONTRATADA;

11.6. Prestar a CONTRATADA as informações e esclarecimento necessários à realização do objeto contratual;

11.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contratuais e legais, permitindo acesso de seu pessoal técnico, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;

11.8. Controlar todos os pedidos de serviço e produtos, para posterior conferência com a nota fiscal emitida pela CONTRATADA.

12. DAS PENALIDADES:

12.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se as penalidades constantes no art. 7º da Lei 10.520/02 e nos artigos. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

12.2. Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para o Município;

12.3. Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia, incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado par início na execução do contrato, que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente M: = Valor da multa, C= valor da obrigação e D= número de dias em atraso;

12.4. Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor unitário de cada fornecimento ou prestação de serviços realizados fora do prazo estabelecido no Termo de Referência;

12.5. Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pela recusa em prestar os serviços previstos neste Termo de Referência ou os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

12.6. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pedro Canário-ES por um período de até 02 (dois) anos, no caso de recusa quanto à prestação dos serviços e fornecimentos, assim como os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

12.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

12.8. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93;

12.9. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração depois da devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

12.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

12.11. O prazo para apresentação de defesa previa será de 05 (cinco) dias uteis a contar da intimação, onde devera ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei 8.666/93;

12.12. A aplicação da sanção declarada de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente da CPL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida depois de 02 (dois) anos de sua aplicação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento a Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Urbanos, de NOTA FISCAL ELETRONICA para o fornecimento de produtos ou NOTA FISCAL para a prestação de serviços, juntamente com o relatório gerencial das despesas emitido pela CONTRATADA, bem como os documentos:

- a) Requerimento de Pagamento;
- b) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.2. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a respectiva apresentação;

13.3. Depois do 31º (trigésimo primeiro) dia útil do processamento será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times \frac{ND}{100}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso,

ND = Número de dias em atraso;

13.4. Serão retidas na fonte, quando dos pagamentos, as alíquotas dos tributos conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF N° 480, DE 15/1/2004 DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL e outras aplicáveis à espécie.

13.5. No caso da Contratada ser optante pelo SIMPLES não estará sujeita a retenção, mas, deverá apresentar o termo de opção devidamente autenticado, quando da apresentação da NOTA FISCAL ELETRONICA/ NOTA FISCAL, sob pena de ser realizada a retenção dos tributos a que se refere à citada INSTRUÇÃO NORMATIVA.

13.6. Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (ais) será solicitada à empresa CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente seja contado a partir da data da regularização;

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

14.1.1. Orçamento Vigente do Município de Pedro Canário, para o Exercício 2018.

Projeto/Atividade: Iluminação pública

Fonte de recurso: 16020000 - COSIP

Ficha: 0000281

Código: 44903000000 - Material de consumo

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos com a



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

Senhora Amanda Borghi Barboza, no endereço: Rua Barão de Timbuí, s/n, Bairro Canarinho, Pedro Canário- ES, CEP 29.970-000, e-mail obras@pedrocanario.es.gov.br, por telefone (27) 3764-1431;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

16.1. Amanda Borghi Barboza

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS

1. OBJETO:

1.1. O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (EPI'S E FERRAMENTAS), PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	BOTINA CONFECCIONADO EM RASPA, SEM BICO DE AÇO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO, PALMILHA EM NÃO TECIDO, FORRO EM NYLON POLIÉSTER, MONODENSIDADE, DISPONÍVEL NA COR PRETA. TAMANHO DO 34 AO 44 - CONFORME SOLICITADO.	PAR	230
02	ENXADA - MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL ENXADA: METAL, COMPRIMENTO: 150 CM, LARGURA: 22 CM, PESO: 1,50 KG, COR: PRETO	UND	150
03	PÁ DE BICO COM TERMINAÇÃO D MATERIAL CABO:EUCALIPTO, MATERIAL PÁ: AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE, COMPRIMENTO DO CABO: 120 CM, LARGURA DA PÁ: 27 CM, COR: PRETO	UND	40
04	VASSOURA PARA GRAMA E JARDIM - VASSOURA METÁLICA 22 DENTES COM OLHO DE 23 MM E CABO DE MADEIRA DE 120 CM. PRODUZIDA EM AÇO CARBONO AO BORO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. PALHETAS COMPLETAMENTE TEMPERADAS, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E ALTA PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO FABRICADO COM MADEIRA DE EUCALIPTO, DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO: 151,5 CM, LARGURA: 380 CM, PESO: 0,85 KG.	UND	120
05	RASTELO 14 DENTES CABO 150CM, ACOMPANHA DE CABO DE MADEIRA DE 150CM, LARGURA 37 CM, COMPRIMENTO 150CM.	UND	30
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
06	LIMA CHATA 8" PARA ENXADAS FABRICADA EM AÇO ESPECIAL DE ALTO CARBONO, TEMPERADA , JATEADA	UND	60
07	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM QUATRO FIOS DE ALGODÃO, PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS.	PAR	60
08	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM VAQUETA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA E REFORÇO EMBUTIDA ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, ELÁSTICO PARA AJUSTE NO DORSO	PAR	8



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

09	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS E ESPESSURA DE 0,70MM. GARANTEM RESISTÊNCIA A PRODUTOS QUÍMICOS E IMPERMEABILIDADE. TAMANHO XG. COR AMARELA.	PAR	40
10	LUVA EM PVC PALMA ÁSPERA - 26 CM. CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO NA COR VERDE; PALMA ÁSPERA ANTI-DERRAPANTE; POSSUI 26CM DE COMPRIMENTO E TAMANHO 9; TESTADA E APROVADA ATRAVÉS DAS NORMAS MT-11:1977, LAUDOS DE ENSAIO 893939/2002.	UND	100
11	LUVA EM PVC PALMA ÁSPERA - 36 CM. CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO NA COR VERDE; PALMA ÁSPERA ANTI-DERRAPANTE; POSSUI 36CM DE COMPRIMENTO E TAMANHO 9; TESTADA E APROVADA ATRAVÉS DAS NORMAS MT-11:1977, LAUDOS DE ENSAIO 893939/2002.	UND	100
12	ÓCULOS DE SEGURANÇA , CONSTITUÍDO DE UM VISOR EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO PRETO, POSSUEM SISTEMA DE AJUSTE DE TAMANHO E SÃO FIXADAS NO VISOR ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS. INCOLOR;	UND	70
13	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LAMINADO DE PVC, COM FECHAMENTO EM SOLDA. TRÊS ALMAS DE POLIPROPILENO, COM ACABAMENTO INFERIOR E SUPERIOR EM VIÉS.	PAR	15
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
14	PROTETOR SOLAR FATOR FPS 60 PROTETOR SOLAR FATOR FPS 60, EM FRASCO DE 200 ML. COM VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES	UND	122
15	RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2 , INDICADO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, FORMATO DOBRÁVEL É PRÁTICO DE USAR E ARMAZENAR, PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS, PODEMOS RECOMENDAR O RESPIRADOR PFF2 PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS NUMA CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE 10 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA DO CONTAMINANTE, TAIS COMO FUMOS METÁLICOS, POEIRAS DE GRÃOS, CIMENTO PORTLAND, FIBRAS TÊXTEIS, GRAFITE, PÓ DE MADEIRA, CARVÃO, PEDRAS .	UND	100
16	CAPA DE CHUVA DURÁVEL DE PVC LAMINADO , CAPA DE SEGURANÇA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM PVC, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO E COSTURAS POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. COR: TRANSPARENTE. TAMANHO: G	UND	100



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

17	PULVERIZADOR COSTAL DE ALAVANCA 20 L , COM BOMBA DE PISTÃO ANTI-CORROSÃO, BUCHA DUPLA PARA MAIOR PRESSÃO E MENOR ESFORÇO, FILTRAGEM PROGRESSIVA EM QUATRO ETAPAS E CORREIAS ALMOFADADAS COM FI VELAS REGULÁVEIS; CAPACIDADE DO TANQUE 20ℓ (5,3GAL) PESO VAZIO 4,4KG (9,7 LIBRAS) PRESSÃO MÁXIMA 5 BAR (75 PSI) EMBALAGEM (MM) (") 485X175X560 (19,1 X6,9 X22,0)	UND	04
18	CAPACETE PLÁSTICO POLIPROPILENO TIPO II CLASSE B ABA FRONTAL BRANCO , CASCO FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM OITO PONTOS DE FIXAÇÃO AO CASCO. COROA DE EM TIRAS CRUZADAS DE TECIDO POLIÉSTER OU EM POLIETILENO DE ALTA E BAIXA DENSIDADE COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO COM DUPLO ESTÁGIO. APARADOR DE SUOR SUBSTITUÍVEL EM ESPUMA DUBLADA COM POLIÉSTER E DE PLÁSTICO OU LONA. E SLOTS LATERAIS PARA ACOPLAR ABAFADOR DE RUÍDOS E VISEIRA. COPA COM ESTRIAS. UND	50	
19	CARRINHO DE MÃO DE FERRO , COM PNEU E CÂMARA.	CONJ	30
20	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO	UND	30
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
21	CÂMARA P/ CARRINHO DE MÃO	UND	50
22	BROXA RETANGULAR 18CMX8CM	UND	80
23	VASSOURA GARI PET 40CM , BASE DE MADEIRA, ALTURA: 170 CM, LARGURA: 39 CM, PROFUNDIDADE: 5,5 CM, ALTURA CERDAS: 9 E 11 CM, ALTURA CABO: 150 CM PESO: 1,25KG	UND	120

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A CONTRATAÇÃO DESDE OBJETO SE JUSTIFICA DIANTE DA NECESSIDADE DO USO DO EPI, QUE É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A SAÚDE E A, EVITANDO CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS EM CASOS DE ACIDENTES DE TRABALHO. ALÉM DISSO, O EPI TAMBÉM É USADO PARA GARANTIR QUE O PROFISSIONAL NÃO SERÁ EXPOSTO A DOENÇAS OCUPACIONAIS, QUE PODEM COMPROMETER A CAPACIDADE DE TRABALHO E DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DURANTE E DEPOIS DA FASE ATIVA DE TRABALHO. JÁ AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A CONSERVAR A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS, MANTER A CIDADE LIMPA, COM A ELIMINAÇÃO DE FOCOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS E, AO MESMO TEMPO, FAZER A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

2.2. A CONTRAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO ACIMA MENCIONADO OBEDECERÁ ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS LEIS 10.52/2002 E 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1. AS PROPOSTAS SERÃO JULGADAS DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, PREVALECENDO, PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO, O CRITÉRIO DE MENOR PREÇO POR ITEM OU LOTE, FICANDO A CRITÉRIO DO RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DEFINIR.

3.2. NO PREÇO PROPOSTO DEVERÃO ESTAR INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS CONCERNENTES AO FORNECIMENTO DOS OBJETOS, COMO IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, CONTRIBUIÇÕES, DESPESAS COM MÃO DE OBRA, INSTALAÇÃO E OUTRAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS À PLENA E COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTE TERMO.

3.3. O VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA ESTA CONTRATAÇÃO ESTARÁ ESTIMADO NO MAPA DE APURAÇÃO NA PESQUISA DE PREÇO DE MERCADO;

3.4. O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA COM OS PREÇOS JÁ AJUSTADOS AO VALOR GLOBAL OFERTADO NO CERTAME, NO PRAZO MÁXIMO DE 48 HORAS, NÃO



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

PRORROGÁVEL;

3.5. A PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA DEVE TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS.

4. DO PRAZO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

- 4.1. O FORNECIMENTO DOS OBJETOS REGISTRADOS NESTE PROCESSO SERÁ ENTREGUE APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO E A EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO;
- 4.2. A SOLICITAÇÃO SERÁ PARCELADA, DE ACORDA COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE SERVIDOR PREVIAMENTE AUTORIZADO, O QUAL SOLICITARÁ O PRODUTO JUNTO À CONTRATADA;
- 4.3. O LOCAL DE ENTREGA SERÁ NO ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO, LOCALIZADO À AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, CENTRO, PEDRO CANÁRIO/ES, CEP. 29.970-000,
- 4.4. HORÁRIO PARA ENTREGA DAS 08H00MINH AS 11H00MINH E 14H00MINH AS 16H00MINH DE SEGUNDA FEIRA A SEXTA FEIRA.
- 4.5. A CONTRATADA DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, CONSULTAR A SEMOB, ATRAVÉS DO TELEFONE (27) 3764-1431 OU E-MAIL OBRAS@PEDROCANARIO.ES.GOV.BR; PARA FAZER O AGENDAMENTO DA ENTREGA.
- 4.6. O PRAZO PARA A ENTREGA DO MATERIAL SERÁ DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO GESTO DO CONTRATO, SENDO QUE A ENTREGA SERÁ EFETUADAS EM CONFORMIDADE COM AS SOLICITAÇÕES ESTIPULADAS PELA CONTRATANTE.
- 4.7. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER OS PRODUTOS DOS TIPOS, TAMANHOS E QUANTIDADES SATISFATÓRIAS AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO. A FISCALIZAÇÃO PODERÁ ORDENAR A REMOÇÃO E EXIGIR A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PRODUTO NÃO SATISFATÓRIO.
- 4.8. OCORRENDO REJEIÇÃO DOS PRODUTOS POR NÃO SE ENQUADRAR NA ESPECIFICAÇÃO ESTIPULADA OU APRESENTAR DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU DANOS EM GERAL, IDENTIFICADO NO ATO DA ENTREGA OU NO PERÍODO DE VERIFICAÇÃO, O CONTRATADO DEVERÁ REFAZÊ-LOS NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DOIS) DIAS, A CONTAR DA DATA EM QUE FOR COMUNICADO DA CITA REJEIÇÃO, SEM ÔNUS PARA O CONTRATANTE, SOB PENA DE O NÃO FAZENDO, ENSEJAR NAS SANÇÕES COMINADAS EM LEI.
- 4.9. O OBJETO ADQUIRIDO DEVERÁ QUE ESTAR DENTRO DAS NORMAS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE DE QUALIDADE/TÉCNICA; RELATIVAMENTE AO DISPOSTO NO PRESENTE TÓPICO, APLICAM-SE, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.078 DE 11/09/90 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.
- 4.10. CASO SEJA VERIFICADA A NECESSIDADE DE ENTREGA URGENTE, O FISCAL DO CONTRATO PODERÁ ACORDAR O PRAZO DE ENTREGA DIRETAMENTE COM A CONTRATADA;
- 4.11. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO SERVIÇO REALIZADO OU O MATERIAL ENTREGUE DAR-SE-Á PELA CONFERENCIA COM A DESCRIÇÃO CONSTANTE DA ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO, E O RECEBIMENTO DEFINITIVO, DEPOIS DO ATESTO DO DEMANDANTE;
- 4.12. O RECEBIMENTO DEFINITIVO NÃO ISENTA A CONTRATADA DE RESPONSABILIDADES FUTURAS QUANTO À QUALIDADE DOS MESMOS.

5. RECEBIMENTO:

- 5.1. O RECEBIMENTO OCORRERÁ EM DUAS ETAPAS:
 - 5.1.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: O OBJETO SERÁ RECEBIDO PROVISORIAMENTE NO MOMENTO DA ENTREGA, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA, FICANDO, NESTA OCASIÃO, SUSPensa A FLUÊNCIA DO PRAZO DE ENTREGA INICIALMENTE FIXADO.
 - 5.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO: NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO AVALIARÁ AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL QUE, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, SERÁ RECEBIDO DEFINITIVAMENTE.
- 5.2. A CONTRATADA GARANTIRÁ A QUALIDADE DE CADA UNIDADE DO MATERIAL FORNECIDO, OBRIGANDO-SE A SUBSTITUIR, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADO A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO, AQUELES QUE APRESENTEM VÍCIOS QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS OU INADEQUADOS PARA O CONSUMO A QUE SE DESTINAM.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

5.3. EM CASO DE IRREGULARIDADES APURADAS NO MOMENTO DA ENTREGA, O MATERIAL PODERÁ SER RECUSADO DE PRONTO, MEDIANTE TERMO CORRESPONDENTE, FICANDO DISPENSADO O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, E FAZENDO-SE DISSO IMEDIATA COMUNICAÇÃO ESCRITA AO FORNECEDOR, NOS TERMOS DOS SUBITEMS 6.4 E 6.5.

5.4. SE APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, CONSTATAR-SE QUE O FORNECIMENTO FOI EXECUTADO EM DESACORDO COM O PACTUADO OU FOI ENTREGUE EM QUANTITATIVO INFERIOR AO SOLICITADO, À FISCALIZAÇÃO NOTIFICARÁ POR ESCRITO A CONTRATADA PARA SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, O MATERIAL RECUSADO OU COMPLEMENTAR O MATERIAL FALTANTE, NO PRAZO QUE LHE RESTAR DAQUELE INDICADO NO SUBITEM 5.6.

5.5. SE A CONTRATADA NÃO SUBSTITUIR OU COMPLEMENTAR O MATERIAL ENTREGUE EM DESCONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES EDITALÍCIA, O FISCAL DO CONTRATO ENCAMINHARÁ A NOTA FISCAL PARA PAGAMENTO, ACOMPANHADA DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO, COM VISTAS À GLOSA DO VALOR DO MATERIAL RECUSADO OU NÃO ENTREGUE, INFORMANDO, AINDA, O VALOR A SER RETIDO CAUTELARMENTE, PARA FAZER FACE À EVENTUAL APLICAÇÃO DE MULTA.

5.6. GLOSADA A NOTA FISCAL, DEVERÁ O FISCAL DE O CONTRATO PROVIDENCIAR, JUNTO À SECRETARIA DE FINANÇAS, A EMISSÃO DE NOTA FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO DO MATERIAL A SER DEVOLVIDO, NOTIFICANDO A CONTRATADA PARA QUE PROCEDA À RETIRADA DESTA, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 90 DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

5.7. O MATERIAL RECUSADO QUE NÃO FOR RETIRADO PELA CONTRATADA NO PRAZO ESTABELECIDO SERÁ ENVIADO PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS SEM FINS LUCRATIVOS, RECONHECIDAS COMO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL, OU PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO.

5.8. A CONTRATADA FARÁ CONSTAR DA NOTA FISCAL OS VALORES UNITÁRIOS E RESPECTIVOS VALORES TOTAIS EM CONFORMIDADE COM O CONSTANTE DA CORRESPONDENTE NOTA DE EMPENHO, ATENTANDO-SE PARA AS INEXATIDÕES QUE PODERÃO DECORRER DE EVENTUAIS ARREDONDAMENTOS.

6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO PRESTADO:

6.1. A CONTRATADA, NO ATO DE ENTREGA DOS BENS, DEVERÁ APRESENTAR O TERMO DE GARANTIA CONTRATUAL.

6.2. A CONTRATADA DEVERÁ OFERECER GARANTIA, PELO PRAZO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA O ITEM A SER ADQUIRIDOS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.

6.3. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, A CADA PROCEDIMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RELATÓRIO CONTENDO A DATA DE ABERTURA DO CHAMADO, A IDENTIFICAÇÃO DO VÍCIO CONSTATADO E AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS OU A SEREM ADOTADAS, INFORMANDO O PRAZO NECESSÁRIO PARA CONCLUIR A ASSISTÊNCIA, QUE NÃO PODERÁ SER SUPERIOR A 30 DIAS, A CONTAR DA DATA DE ABERTURA DO CHAMADO.

6.4. NÃO SENDO O VÍCIO SANADO NO PRAZO DO SUBITEM 5.4, A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO NOTIFICARÁ A CONTRATADA PARA QUE SUBSTITUA O PRODUTO POR OUTRO NOVO DA MESMA ESPÉCIE, MARCA E MODELO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, EM NO MÁXIMO 10 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO, SOB PENA DE SER-LHE APLICADAS AS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E NO CONTRATO.

7. DA AMOSTRA:

7.1. A AMOSTRA SE NECESSÁRIO A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, POR MEIO DE SEUS REPRESENTANTES PODERÁ SOLICITADA AVALIAÇÃO.

7.2. A AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS NÃO DEVE SER REALIZADA NA ETAPA DE HABILITAÇÃO, PODENDO SE DAR NA FASE DE CLASSIFICAÇÃO. NESSA OPORTUNIDADE, EXAMINA-SE DE MANEIRA DOCUMENTAL A PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, NA FORMA DO ART. 4º, INCISO XI, DA LEI Nº 10.520/2002 E ART. 11, INCISO XII, DO DECRETO Nº 3.555/2000, E, CASO ACEITA, SOLICITASE AO LICITANTE QUE ENVIE AMOSTRAS DO OBJETO A SEREM SUBMETIDAS AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO.

7.3. EM CASO DE APROVAÇÃO, O PROCESSO LICITATÓRIO SEGUE PARA A FASE DE HABILITAÇÃO (ART. 4º, INCISO XII, LEI Nº 10.520/2002) E, SE TAMBÉM ATENDIDAS ÀS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS, O LICITANTE É DECLARADO VENCEDOR (ART. 4º, INCISO XV) E O OBJETO É ADJUDICADO (INCISO XXI DO MESMO ARTIGO).



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

7.4. RESSALTE-SE QUE A AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DEVE SE DAR SOMENTE APÓS A ETAPA DE LANCES, PRESERVANDO O POTENCIAL GANHO DE ECONOMIA VIABILIZADO PELOS LANCES NO PREGÃO.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:

8.1. RESPONSABILIZAREM-SE INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, NÃO TRANSFERINDO A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, O CONTRATO, NEM SUBCONTRATAR QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, SEM ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

8.2. DESIGNAR UM PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA REPRESENTÁ-LA NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, INFORMANDO NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL E TELEFONE DE CONTATO E DO SUBSTITUTO EM SUAS AUSÊNCIAS;

8.3. MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO;

8.4. MANTER PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

8.5. MANTER PESSOAL, EM SERVIÇO NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM CRACHÁS E COM ESPECIAL ATENÇÃO À SEGURANÇA, HIGIENE E APRESENTAÇÃO PESSOAL;

8.6. DISPONIBILIZAR PARA A CONTRATADA UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO E IMEDIATO, COM FORNECIMENTO DE NÚMEROS DE TELEFONE, E-MAIL OU OUTRA FORMA DE COMUNICAÇÃO PARA ABERTURA DE CHAMADAS;

8.7. CORRIGIR, A SUAS EXPENSAS, OS SERVIÇOS OU PRODUTOS QUE FOREM ENTREGUES COM VÍCIOS DEFEITOS OU INCORREÇÕES, EFETUANDO AS DEVIDAS SUBSTITUIÇÕES NUM PRAZO DE ATÉ 08 (OITO) HORAS ÚTEIS;

8.8. OBSERVAR AS PRESCRIÇÕES RELATIVAS ÀS LEIS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FÍSICAS, SEGUROS E QUAISQUER OUTROS NÃO MENCIONADOS, BEM COMO PAGAMENTO DE TODO E QUALQUER TRIBUTOS QUE SEJA DEVIDO EM DECORRÊNCIA DIRETA DO CONTRATADO, ISENTANDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE;

8.9. SER RESPONSÁVEL POR TODO E QUALQUER DANO QUE VENHA A CAUSAR DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO O ÔNUS E A EXECUÇÃO DOS RESPECTIVOS REPAROS OU SUBSTITUIÇÕES.

9. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO:

9.1. A FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL SERÁ REALIZADA POR SERVIDOR, LOTADOS NESTA SECRETARIA, NO QUAL FOI DESIGNADA PARA FISCALIZAR CONTRATO, ATRAVÉS DE PORTARIA INTERNA A SER EXPEDIDA APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO;

9.2. APESAR DE A CONTRATADA SER A ÚNICA RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, O CONTRATANTE RESERVA-SE O DIREITO DE, SEM QUE QUALQUER FORMA RESTRINGIR A PLENITUDE DESSA RESPONSABILIDADE, EXERCER A MAIS AMPLA E COMPLETA FISCALIZAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, POR INTERMÉDIO DO SERVIDOR DESIGNADO PARA A FISCALIZAÇÃO.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

10.1. RESPONSABILIZAREM-SE INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, NÃO TRANSFERINDO A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, O CONTRATO, NEM SUBCONTRATAR QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, SEM ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

10.2. DESIGNAR UM PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA REPRESENTÁ-LA NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, INFORMANDO NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL E TELEFONE DE CONTATO E DO SUBSTITUTO EM SUAS AUSÊNCIAS;

10.3. MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO;

10.4. MANTER PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

10.5. MANTER PESSOAL, EM SERVIÇO NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM CRACHÁS E COM ESPECIAL ATENÇÃO À SEGURANÇA, HIGIENE E APRESENTAÇÃO PESSOAL;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

10.6. DISPONIBILIZAR PARA A CONTRATADA UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO E IMEDIATO, COM FORNECIMENTO DE NÚMEROS DE TELEFONE, E-MAIL OU OUTRA FORMA DE COMUNICAÇÃO PARA ABERTURA DE CHAMADAS;

10.7. CORRIGIR, A SUAS EXPENSAS, OS SERVIÇOS OU PRODUTOS QUE FOREM ENTREGUES COM VÍCIOS DEFEITOS OU INCORREÇÕES, EFETUANDO AS DEVIDAS SUBSTITUIÇÕES NUM PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS;

10.8. OBSERVAR AS PRESCRIÇÕES RELATIVAS ÀS LEIS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FÍSICAS, SEGUROS E QUAISQUER OUTROS NÃO MENCIONADOS, BEM COMO PAGAMENTO DE TODO E QUALQUER TRIBUTOS QUE SEJA DEVIDO EM DECORRÊNCIA DIRETA DO CONTRATADO, ISENTANDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE;

10.9. SER RESPONSÁVEL POR TODO E QUALQUER DANO QUE VENHA A CAUSAR DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO O ÔNUS E A EXECUÇÃO DOS RESPECTIVOS REPAROS OU SUBSTITUIÇÕES.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

11.1. EMITIR ORDEM DE FORNECIMENTO COM TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, POR INTERMÉDIO DO REPRESENTANTE DESIGNADO PELA ADMINISTRAÇÃO;

11.2. EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, SOB OS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS, POR SERVIDORES ESPECIALMENTE DESIGNADOS;

11.3. EFETUAR OS PAGAMENTOS COM PONTUALIDADE NAS CONDIÇÕES E PREÇOS PACTUADOS, DESDE QUE CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES E EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS E LEGAIS, PODENDO REJEITAR NO TODO OU EM PARTE OS SERVIÇOS EXECUTADOS E MATERIAIS FORNECIDOS EM DESACORDO;

11.4. NOTIFICAR A CONTRATADA, POR ESCRITO, NA OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E FALHAS NO CURSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS;

11.5. SOLICITAR AO PREPOSTO SEMPRE QUE NECESSÁRIO, A ADOÇÃO DE MEDIDAS EFETIVAS DE CORREÇÃO OU ADEQUAÇÃO DO FORNECIMENTO E SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONTRATADA;

11.6. PRESTAR A CONTRATADA AS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL;

11.7. PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES PARA QUE A CONTRATADA POSSA DESEMPENHAR SEUS SERVIÇOS, DENTRO DAS NORMAS CONTRATUAIS E LEGAIS, PERMITINDO ACESSO DE SEU PESSOAL TÉCNICO, DE MODO A VIABILIZAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

11.8. CONTROLAR TODOS OS PEDIDOS DE SERVIÇO E PRODUTOS, PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA COM A NOTA FISCAL EMITIDA PELA CONTRATADA.

12. DAS PENALIDADES:

12.1. A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR RIGOROSAMENTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SUJEITANDO-SE AS PENALIDADES CONSTANTES NO ART. 7º DA LEI 10.520/02 E NOS ARTIGOS 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93, A SABER:

12.2. ADVERTÊNCIA, NOS CASOS DE PEQUENOS DESCUMPRIMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE NÃO GEREM PREJUÍZO PARA O MUNICÍPIO;

12.3. MULTA DE 0,33% (ZERO VÍRGULA TRINTA E TRÊS POR CENTO) POR DIA, INCIDENTE SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTIPULADO PAR INICIO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, QUE SERÁ CALCULADA PELA FORMULA $M = 0,0033 \times C \times D$. TENDO COMO CORRESPONDENTE M: = VALOR DA MULTA, C= VALOR DA OBRIGAÇÃO E D= NÚMERO DE DIAS EM ATRASO;

12.4. MULTA DE 10 % (DEZ POR CENTO), INCIDENTE SOBRE O VALOR UNITÁRIO DE CADA FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA;

12.5. MULTA DE 10 % (DEZ POR CENTO), INCIDENTE SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, PELA RECUSA EM PRESTAR OS SERVIÇOS PREVISTOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA OU OS DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS QUE LEVEM À RESCISÃO DO CONTRATO;

12.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO-ES POR UM PERÍODO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS, NO CASO DE RECUSA QUANTO À



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS, ASSIM COMO OS DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS QUE LEVEM À RESCISÃO DO CONTRATO;

12.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS CASOS DE PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS, INCLUINDO OS ATOS QUE VISAM FRUSTRAR OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO OU CONTRATAÇÃO, TAIS COMO CONLUIO, FRAUDE, ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTOS OU EMISSÃO DE DECLARAÇÃO FALSA;

12.8. DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES CABERÁ RECURSO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 109 DA LEI Nº 8.666/93;

12.9. AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS SOMENTE SERÃO APLICADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DEPOIS DA DEVIDA NOTIFICAÇÃO E O TRANSCURSO DO PRAZO ESTABELECIDO PARA A DEFESA PREVIA;

12.10. A NOTIFICAÇÃO DEVERÁ OCORRER PESSOALMENTE OU POR CORRESPONDÊNCIA COM AVISO DE RECEBIMENTO, ONDE SERÁ INDICADA A CONDUTA CONSIDERADA IRREGULAR, A MOTIVAÇÃO E A ESPÉCIE DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA QUE SE PRETENDE APLICAR, O PRAZO E O LOCAL DE ENTREGA DAS RAZOES DE DEFESA;

12.11. O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PREVIA SERÁ DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA INTIMAÇÃO, ONDE DEVERA SER OBSERVADA A REGRA DE CONTAGEM DE PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 110 DA LEI 8.666/93;

12.12. A APLICAÇÃO DA SANÇÃO DECLARADA DE INIDONEIDADE COMPETE EXCLUSIVAMENTE AO PRESIDENTE DA CPL, FACULTADA A DEFESA DO INTERESSADO NO RESPECTIVO PROCESSO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA ABERTURA DE VISTA, PODENDO A REABILITAÇÃO SER REQUERIDA DEPOIS DE 02 (DOIS) ANOS DE SUA APLICAÇÃO.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS MEDIANTE O FORNECIMENTO A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DE NOTA FISCAL ELETRONICA PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS OU NOTA FISCAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, JUNTAMENTE COM O RELATÓRIO GERENCIAL DAS DESPESAS EMITIDO PELA CONTRATADA, BEM COMO OS DOCUMENTOS:

- A) REQUERIMENTO DE PAGAMENTO;
- B) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;
- C) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS;
- D) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- E) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS FAZENDAS ESTADUAL;
- F) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS FAZENDAS MUNICIPAL DO DOMICÍLIO OU SEDE DA CONTRATADA;
- G) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.

13.2. ESTES DOCUMENTOS DEPOIS DE CONFERIDOS E VISADOS, SERÃO ENCAMINHADOS PARA PROCESSAMENTO E PAGAMENTO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS APÓS A RESPECTIVA APRESENTAÇÃO;

13.3. DEPOIS DO 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) DIA ÚTIL DO PROCESSAMENTO SERÁ PAGA MULTA FINANCEIRA NOS SEGUINTE TERMOS:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND \quad 100$$

ONDE:

VM = VALOR DA MULTA FINANCEIRA

VF = VALOR DA NOTA FISCAL REFERENTE AO MÊS EM ATRASO,

ND = NÚMERO DE DIAS EM ATRASO;

13.4. SERÃO RETIDAS NA FONTE, QUANDO DOS PAGAMENTOS, AS ALÍQUOTAS DOS TRIBUTOS CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 480, DE 15/1/2004 DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E OUTRAS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.

13.5. NO CASO DA CONTRATADA SER OPTANTE PELO SIMPLES NÃO ESTARÁ SUJEITA A RETENÇÃO, MAS, DEVERÁ APRESENTAR O TERMO DE OPÇÃO DEVIDAMENTE AUTENTICADO, QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

NOTA FISCAL ELETRONICA/ NOTA FISCAL, SOB PENA DE SER REALIZADA A RETENÇÃO DOS TRIBUTOS A QUE SE REFERE À CITADA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

13.6. OCORRENDO ERROS NA APRESENTAÇÃO DO (S) DOCUMENTO (S) FISCAL (AIS) SERÁ SOLICITADA À EMPRESA CONTRATADA IMEDIATA CORREÇÃO, FICANDO ESTABELECIDO QUE O PRAZO PARA PAGAMENTO SOMENTE SEJA CONTADO A PARTIR DA DATA DA REGULARIZAÇÃO;

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. OS RECURSOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DESTE OBJETO CORRERÃO À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1.1. ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO, PARA O EXERCÍCIO 2018.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJETO/ATIVIDADE: SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

FONTE DE RECURSO: 10000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

FICHA: 0000269

CÓDIGO: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS COM A SENHORA AMANDA BORGHI BARBOZA, NO ENDEREÇO: RUA BARÃO DE TIMBUÍ, S/N, BAIRRO CANARINHO, PEDRO CANÁRIO- ES, CEP 29.970-000, E-MAIL OBRAS@PEDROCANARIO.ES.GOV.BR, POR TELEFONE (27) 3764-1431;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

16.1. AMANDA BORGHI BARBOZA

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS

1. OBJETO:

1.1. O OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO É A AQUISIÇÃO ESCADA DE FIBRA EXTENSÍVEL PARA SER UTILIZADA NA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA REALIZADA DAS RUAS E AVENIDAS DA SEDE E DISTRITOS DESTA MUNICIPALIDADE, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	ESCADA DE FIBRA EXTENSÍVEL, NÃO CONDUTORA DE ELETRICIDADE. RESISTENTE A CORROSÃO QUÍMICA, MAIS LEVES E RESISTENTES QUE AS DE MADEIRA, ALUMÍNIO E AÇO. FÁCIL MANUSEIO E SEGURANÇA. CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 110 KG. FABRICADO DENTRO DOS PADRÕES E NORMAS DE EMPRESAS DE TELEFONIA E COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA. APLICAÇÃO: IDEAL PARA TRABALHO EM ELETRICIDADE. MEDIDA: 4,20M FECHADA (14 DEGRAUS) E 7,20M ABERTA (23 DEGRAUS).	UND	01

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A CONTRATAÇÃO DESDE OBJETO SE JUSTIFICA DIANTE DA NECESSIDADE DE EXECUTAR O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

2.2. A CONTRAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO ACIMA MENCIONADO OBEDECERÁ ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS LEIS 10.52/2002 E 8.666/1993 E SUAS



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

ALTERAÇÕES.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 3.1. AS PROPOSTAS SERÃO JULGADAS DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, PREVALECENDO, PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO, O CRITÉRIO DE MENOR PREÇO POR ITEM OU LOTE, FICANDO A CRITÉRIO DO RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DEFINIR.
- 3.2. NO PREÇO PROPOSTO DEVERÃO ESTAR INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS CONCERNENTES AO FORNECIMENTO DOS OBJETOS, COMO IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, CONTRIBUIÇÕES, DESPESAS COM MÃO DE OBRA, INSTALAÇÃO E OUTRAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS À PLENA E COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES TERMOS.
- 3.3. O VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA ESTA CONTRATAÇÃO ESTARÁ ESTIMADO NO MAPA DE APURAÇÃO NA PESQUISA DE PREÇO DE MERCADO;
- 3.4. O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA COM OS PREÇOS JÁ AJUSTADOS AO VALOR GLOBAL OFERTADO NO CERTAME, NO PRAZO MÁXIMO DE 48 HORAS, NÃO PRORROGÁVEL;
- 3.5. A PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA DEVE TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS.

4. DO PRAZO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

- 4.1. O FORNECIMENTO DOS OBJETOS REGISTRADOS NESTE PROCESSO SERÁ ENTREGUE APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO E A EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO ESPECÍFICO;
- 4.2. A SOLICITAÇÃO SERÁ IMEDIATA, DE ACORDA COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE SERVIDOR PREVIAMENTE AUTORIZADO, O QUAL SOLICITARÁ O PRODUTO JUNTO À CONTRATADA;
- 4.3. O LOCAL DE ENTREGA SERÁ NO ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO, LOCALIZADO À AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, CENTRO, PEDRO CANÁRIO/ES, CEP. 29.970-000,
- 4.4. HORÁRIO PARA ENTREGA DAS 08H00MINH AS 11H00MINH E 14H00MINH AS 16H00MINH DE SEGUNDA FEIRA A SEXTA FEIRA.
- 4.5. A CONTRATADA DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, CONSULTAR A SEMOB, ATRAVÉS DO TELEFONE (27) 3764-1431 OU E-MAIL OBRAS@PEDROCANARIO.ES.GOV.BR; PARA FAZER O AGENDAMENTO DA ENTREGA.
- 4.6. O PRAZO PARA A ENTREGA DO EQUIPAMENTO SERÁ DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO GESTO DO CONTRATO, SENDO QUE A ENTREGA SERÁ EFETUADAS EM CONFORMIDADE COM AS SOLICITAÇÕES ESTIPULADAS PELA CONTRATANTE.
- 4.7. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER O OBJETO DO TIPO, TAMANHO E QUANTIDADES SATISFATÓRIAS AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO. A FISCALIZAÇÃO PODERÁ ORDENAR A REMOÇÃO E EXIGIR A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PRODUTO NÃO SATISFATÓRIO.
- 4.8. OCORRENDO REJEIÇÃO DOS PRODUTOS POR NÃO SE ENQUADRAR NA ESPECIFICAÇÃO ESTIPULADA OU APRESENTAR DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU DANOS EM GERAL, IDENTIFICADO NO ATO DA ENTREGA OU NO PERÍODO DE VERIFICAÇÃO, O CONTRATADO DEVERÁ REFAZÊ-LOS NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DOIS) DIAS, A CONTAR DA DATA EM QUE FOR COMUNICADO DA CITA REJEIÇÃO, SEM ÔNUS PARA O CONTRATANTE, SOB PENA DE O NÃO FAZENDO, ENSEJAR NAS SANÇÕES COMINADAS EM LEI.
- 4.9. O OBJETO ADQUIRIDO DEVERÁ QUE ESTAR DENTRO DAS NORMAS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE DE QUALIDADE/TÉCNICA; RELATIVAMENTE AO DISPOSTO NO PRESENTE TÓPICO, APLICAM-SE, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.078 DE 11/09/90 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.
- 4.10. CASO SEJA VERIFICADA A NECESSIDADE DE ENTREGA URGENTE, O FISCAL DO CONTRATO PODERÁ ACORDAR O PRAZO DE ENTREGA DIRETAMENTE COM A CONTRATADA;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

4.11. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO SERVIÇO REALIZADO OU O MATERIAL ENTREGUE DAR-SE-Á PELA CONFERENCIA COM A DESCRIÇÃO CONSTANTE DA ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO, E O RECEBIMENTO DEFINITIVO, DEPOIS DO ATESTO DO DEMANDANTE;

4.12. O RECEBIMENTO DEFINITIVO NÃO ISENTA A CONTRATADA DE RESPONSABILIDADES FUTURAS QUANTO À QUALIDADE DOS MESMOS.

5. RECEBIMENTO:

5.1. O RECEBIMENTO OCORRERÁ EM DUAS ETAPAS:

5.1.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: O OBJETO SERÁ RECEBIDO PROVISORIAMENTE NO MOMENTO DA ENTREGA, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA, FICANDO, NESTA OCASIÃO, SUSPESA A FLUÊNCIA DO PRAZO DE ENTREGA INICIALMENTE FIXADO.

5.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO: NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO AVALIARÁ AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL QUE, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, SERÁ RECEBIDO DEFINITIVAMENTE.

5.2. A CONTRATADA GARANTIRÁ A QUALIDADE DE CADA UNIDADE DO MATERIAL FORNECIDO, OBRIGANDO-SE A SUBSTITUIR, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADO A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO, AQUELES QUE APRESENTEM VÍCIOS QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS OU INADEQUADOS PARA O CONSUMO A QUE SE DESTINAM.

5.3. EM CASO DE IRREGULARIDADES APURADAS NO MOMENTO DA ENTREGA, O MATERIAL PODERÁ SER RECUSADO DE PRONTO, MEDIANTE TERMO CORRESPONDENTE, FICANDO DISPENSADO O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, E FAZENDO-SE DISSO IMEDIATA COMUNICAÇÃO ESCRITA AO FORNECEDOR, NOS TERMOS DOS SUBITEMS 6.4 E 6.5.

5.4. SE APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, CONSTATAR-SE QUE O FORNECIMENTO FOI EXECUTADO EM DESACORDO COM O PACTUADO OU FOI ENTREGUE EM QUANTITATIVO INFERIOR AO SOLICITADO, À FISCALIZAÇÃO NOTIFICARÁ POR ESCRITO A CONTRATADA PARA SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, O MATERIAL RECUSADO OU COMPLEMENTAR O MATERIAL FALTANTE, NO PRAZO QUE LHE RESTAR DAQUELE INDICADO NO SUBITEM 5.6.

5.5. SE A CONTRATADA NÃO SUBSTITUIR OU COMPLEMENTAR O MATERIAL ENTREGUE EM DESCONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES EDITALÍCIA, O FISCAL DO CONTRATO ENCAMINHARÁ A NOTA FISCAL PARA PAGAMENTO, ACOMPANHADA DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO, COM VISTAS À GLOSA DO VALOR DO MATERIAL RECUSADO OU NÃO ENTREGUE, INFORMANDO, AINDA, O VALOR A SER RETIDO CAUTELARMENTE, PARA FAZER FACE À EVENTUAL APLICAÇÃO DE MULTA.

5.6. GLOSADA A NOTA FISCAL, DEVERÁ O FISCAL DE O CONTRATO PROVIDENCIAR, JUNTO À SECRETARIA DE FINANÇAS, A EMISSÃO DE NOTA FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO DO MATERIAL A SER DEVOLVIDO, NOTIFICANDO A CONTRATADA PARA QUE PROCEDA À RETIRADA DESTE, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 90 DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

5.7. O MATERIAL RECUSADO QUE NÃO FOR RETIRADO PELA CONTRATADA NO PRAZO ESTABELECIDO SERÁ ENVIADO PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS SEM FINS LUCRATIVOS, RECONHECIDAS COMO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL, OU PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO.

5.8. A CONTRATADA FARÁ CONSTAR DA NOTA FISCAL OS VALORES UNITÁRIOS E RESPECTIVOS VALORES TOTAIS EM CONFORMIDADE COM O CONSTANTE DA CORRESPONDENTE NOTA DE EMPENHO, ATENTANDO-SE PARA AS INEXATIDÕES QUE PODERÃO DECORRER DE EVENTUAIS ARREDONDAMENTOS.

6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO PRESTADO:

6.1. A CONTRATADA, NO ATO DE ENTREGA DOS BENS, DEVERÁ APRESENTAR O TERMO DE GARANTIA CONTRATUAL.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

6.2. A CONTRATADA DEVERÁ OFERECER GARANTIA, PELO PRAZO MÍNIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA O ITEM A SER ADQUIRIDOS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.

6.3. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, A CADA PROCEDIMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RELATÓRIO CONTENDO A DATA DE ABERTURA DO CHAMADO, A IDENTIFICAÇÃO DO VÍCIO CONSTATADO E AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS OU A SEREM ADOTADAS, INFORMANDO O PRAZO NECESSÁRIO PARA CONCLUIR A ASSISTÊNCIA, QUE NÃO PODERÁ SER SUPERIOR A 30 DIAS, A CONTAR DA DATA DE ABERTURA DO CHAMADO.

6.4. NÃO SENDO O VÍCIO SANADO NO PRAZO DO SUBITEM 5.4, A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO NOTIFICARÁ A CONTRATADA PARA QUE SUBSTITUA O PRODUTO POR OUTRO NOVO DA MESMA ESPÉCIE, MARCA E MODELO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, EM NO MÁXIMO 10 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO, SOB PENA DE SER-LHE APLICADAS AS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E NO CONTRATO.

7. DA AMOSTRA:

7.1. A AMOSTRA SE NECESSÁRIO A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, POR MEIO DE SEUS REPRESENTANTES PODERÁ SOLICITADA AVALIAÇÃO.

7.2. A AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS NÃO DEVE SER REALIZADA NA ETAPA DE HABILITAÇÃO, PODENDO SE DAR NA FASE DE CLASSIFICAÇÃO. NESSA OPORTUNIDADE, EXAMINA-SE DE MANEIRA DOCUMENTAL A PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, NA FORMA DO ART. 4º, INCISO XI, DA LEI Nº 10.520/2002 E ART. 11, INCISO XII, DO DECRETO Nº 3.555/2000, E, CASO ACEITA, SOLICITASE AO LICITANTE QUE ENVIE AMOSTRAS DO OBJETO A SEREM SUBMETIDAS AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO.

7.3. EM CASO DE APROVAÇÃO, O PROCESSO LICITATÓRIO SEGUE PARA A FASE DE HABILITAÇÃO (ART. 4º, INCISO XII, LEI Nº 10.520/2002) E, SE TAMBÉM ATENDIDAS ÀS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS, O LICITANTE É DECLARADO VENCEDOR (ART. 4º, INCISO XV) E O OBJETO É ADJUDICADO (INCISO XXI DO MESMO ARTIGO).

7.4. RESSALTE-SE QUE A AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DEVE SE DAR SOMENTE APÓS A ETAPA DE LANCES, PRESERVANDO O POTENCIAL GANHO DE ECONOMIA VIABILIZADO PELOS LANCES NO PREGÃO.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:

8.1. RESPONSABILIZAREM-SE INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, NÃO TRANSFERINDO A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, O CONTRATO, NEM SUBCONTRATAR QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, SEM ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

8.2. DESIGNAR UM PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA REPRESENTÁ-LA NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, INFORMANDO NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL E TELEFONE DE CONTATO E DO SUBSTITUTO EM SUAS AUSÊNCIAS;

8.3. MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO;

8.4. MANTER PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

8.5. MANTER PESSOAL, EM SERVIÇO NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM CRACHÁS E COM ESPECIAL ATENÇÃO À SEGURANÇA, HIGIENE E APRESENTAÇÃO PESSOAL;

8.6. DISPONIBILIZAR PARA A CONTRATADA UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO E IMEDIATO, COM FORNECIMENTO DE NÚMEROS DE TELEFONE, E-MAIL OU OUTRA FORMA DE COMUNICAÇÃO PARA ABERTURA DE CHAMADAS;

8.7. CORRIGIR, A SUAS EXPENSAS, OS SERVIÇOS OU PRODUTOS QUE FOREM ENTREGUES COM VÍCIOS DEFEITOS OU INCORREÇÕES, EFETUANDO AS DEVIDAS SUBSTITUIÇÕES NUM PRAZO DE ATE 08 (OITO) HORAS ÚTEIS;

8.8. OBSERVAR AS PRESCRIÇÕES RELATIVAS ÀS LEIS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FÍSICAS, SEGUROS E QUAISQUER OUTROS NÃO MENCIONADOS, BEM COMO PAGAMENTO DE TODO E QUALQUER TRIBUTOS QUE



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

SEJA DEVIDO EM DECORRÊNCIA DIRETA DO CONTRATADO, ISENTANDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE;

8.9. SER RESPONSÁVEL POR TODO E QUALQUER DANO QUE VENHA A CAUSAR DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO O ÔNUS E A EXECUÇÃO DOS RESPECTIVOS REPAROS OU SUBSTITUIÇÕES.

9. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO:

9.1. A FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL SERÁ REALIZADA POR SERVIDOR, LOTADOS NESTA SECRETARIA, NO QUAL FOI DESIGNADA PARA FISCALIZAR CONTRATO, ATRAVÉS DE PORTARIA INTERNA A SER EXPEDIDA APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO;

9.2. APESAR DE A CONTRATADA SER A ÚNICA RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, O CONTRATANTE RESERVA-SE O DIREITO DE, SEM QUE QUALQUER FORMA RESTRINGIR A PLENITUDE DESSA RESPONSABILIDADE, EXERCER A MAIS AMPLA E COMPLETA FISCALIZAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, POR INTERMÉDIO DO SERVIDOR DESIGNADO PARA A FISCALIZAÇÃO.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

10.1. RESPONSABILIZAREM-SE INTEGRALMENTE PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, NÃO TRANSFERINDO A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, O CONTRATO, NEM SUBCONTRATAR QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, SEM ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

10.2. DESIGNAR UM PREPOSTO, ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA REPRESENTÁ-LA NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, INFORMANDO NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL E TELEFONE DE CONTATO E DO SUBSTITUTO EM SUAS AUSÊNCIAS;

10.3. MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO;

10.4. MANTER PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

10.5. MANTER PESSOAL, EM SERVIÇO NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM CRACHÁS E COM ESPECIAL ATENÇÃO À SEGURANÇA, HIGIENE E APRESENTAÇÃO PESSOAL;

10.6. DISPONIBILIZAR PARA A CONTRATADA UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO E IMEDIATO, COM FORNECIMENTO DE NÚMEROS DE TELEFONE, E-MAIL OU OUTRA FORMA DE COMUNICAÇÃO PARA ABERTURA DE CHAMADAS;

10.7. CORRIGIR, A SUAS EXPENSAS, OS SERVIÇOS OU PRODUTOS QUE FOREM ENTREGUES COM VÍCIOS DEFEITOS OU INCORREÇÕES, EFETUANDO AS DEVIDAS SUBSTITUIÇÕES NUM PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS;

10.8. OBSERVAR AS PRESCRIÇÕES RELATIVAS ÀS LEIS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FÍSICAS, SEGUROS E QUAISQUER OUTROS NÃO MENCIONADOS, BEM COMO PAGAMENTO DE TODO E QUALQUER TRIBUTO QUE SEJA DEVIDO EM DECORRÊNCIA DIRETA DO CONTRATADO, ISENTANDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE;

10.9. SER RESPONSÁVEL POR TODO E QUALQUER DANO QUE VENHA A CAUSAR DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO O ÔNUS E A EXECUÇÃO DOS RESPECTIVOS REPAROS OU SUBSTITUIÇÕES.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

11.1. EMITIR ORDEM DE FORNECIMENTO COM TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, POR INTERMÉDIO DO REPRESENTANTE DESIGNADO PELA ADMINISTRAÇÃO;

11.2. EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, SOB OS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS, POR SERVIDORES ESPECIALMENTE DESIGNADOS;

11.3. EFETUAR OS PAGAMENTOS COM PONTUALIDADE NAS CONDIÇÕES E PREÇOS PACTUADOS, DESDE QUE



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES E EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS E LEGAIS, PODENDO REJEITAR NO TODO OU EM PARTE OS SERVIÇOS EXECUTADOS E MATERIAIS FORNECIDOS EM DESACORDO;

11.4. NOTIFICAR A CONTRATADA, POR ESCRITO, NA OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E FALHAS NO CURSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS;

11.5. SOLICITAR AO PREPOSTO SEMPRE QUE NECESSÁRIO, A ADOÇÃO DE MEDIDAS EFETIVAS DE CORREÇÃO OU ADEQUAÇÃO DO FORNECIMENTO E SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONTRATADA;

11.6. PRESTAR A CONTRATADA AS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTO NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL;

11.7. PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES PARA QUE A CONTRATADA POSSA DESEMPENHAR SEUS SERVIÇOS, DENTRO DAS NORMAS CONTRATUAIS E LEGAIS, PERMITINDO ACESSO DE SEU PESSOAL TÉCNICO, DE MODO A VIABILIZAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

11.8. CONTROLAR TODOS OS PEDIDOS DE SERVIÇO E PRODUTOS, PARA POSTERIOR CONFERENCIA COM A NOTA FISCAL EMITIDA PELA CONTRATADA.

12. DAS PENALIDADES:

12.1. A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR RIGOROSAMENTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SUJEITANDO-SE AS PENALIDADES CONSTANTES NO ART. 7º DA LEI 10.520/02 E NOS ARTIGOS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93, A SABER:

12.2. ADVERTÊNCIA, NOS CASOS DE PEQUENOS DESCUMPRIMENTOS DO TERMO DE REFERENCIA, QUE NÃO GEREM PREJUÍZO PARA O MUNICÍPIO;

12.3. MULTA D 0,33% (ZERO VÍRGULA TRINTA E TRÊS POR CENTO) POR DIA, INCIDENTE SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTIPULADO PAR INICIO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, QUE SERÁ CALCULADA PELA FORMULA $M = 0,0033 \times C \times D$. TENDO COMO CORRESPONDENTE M: = VALOR DA MULTA, C= VALOR DA OBRIGAÇÃO E D= NÚMERO DE DIAS EM ATRASO;

12.4. MULTA DE 10 % (DEZ POR CENTO), INCIDENTE SOBRE O VALOR UNITÁRIO DE CADA FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA;

12.5. MULTA DE 10 % (DEZ POR CENTO), INCIDENTE SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO, PELA RECUSA EM PRESTAR OS SERVIÇOS PREVISTOS NESTE TERMO DE REFERENCIA OU OS DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS QUE LEVEM À RESCISÃO DO CONTRATO;

12.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO-ES POR UM PERÍODO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS, NO CASO DE RECUSA QUANTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS, ASSIM COMO OS DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS QUE LEVEM À RESCISÃO DO CONTRATO;

12.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS CAOS DE PRATICA DE ATOS ILÍCITOS, INCLUINDO OS ATOS QUE VISAM FRUSTRAR OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO OU CONTRATAÇÃO, TAIS COMO CONLUIO, FRAUDE, ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTOS OU EMISSÃO DE DECLARAÇÃO FALSA;

12.8. DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES CABERÁ RECURSO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 109 DA LEI Nº 8.666/93;

12.9. AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS SOMENTE SERÃO APLICADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DEPOIS DA DEVIDA NOTIFICAÇÃO E O TRANSCURSO DO PRAZO ESTABELECIDO PARA A DEFESA PREVIA;

12.10. A NOTIFICAÇÃO DEVERÁ OCORRER PESSOALMENTE OU POR CORRESPONDÊNCIA COM AVISO DE RECEBIMENTO, ONDE SERÁ INDICADA A CONDUTA CONSIDERADA IRREGULAR, A MOTIVAÇÃO E A ESPÉCIE DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA QUE SE PRETENDE APLICAR, O PRAZO E O LOCAL DE ENTREGA DAS RAZOES DE DEFESA;

12.11. O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PREVIA SERÁ DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS A CONTAR DA



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

INTIMAÇÃO, ONDE DEVERA SER OBSERVADA A REGRA DE CONTAGEM DE PRAZO ESTABELECIDADA NO ART. 110 DA LEI 8.666/93;

12.12. A APLICAÇÃO DA SANÇÃO DECLARADA DE INIDONEIDADE COMPETE EXCLUSIVAMENTE AO PRESIDENTE DA CPL, FACULTADA A DEFESA DO INTERESSADO NO RESPECTIVO PROCESSO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA ABERTURA DE VISTA, PODENDO A REABILITAÇÃO SER REQUERIDA DEPOIS DE 02 (DOIS) ANOS DE SUA APLICAÇÃO.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS MEDIANTE O FORNECIMENTO A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DE NOTA FISCAL ELETRONICA PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS OU NOTA FISCAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, JUNTAMENTE COM O RELATÓRIO GERENCIAL DAS DESPESAS EMITIDO PELA CONTRATADA, BEM COMO OS DOCUMENTOS:

- A) REQUERIMENTO DE PAGAMENTO;
- B) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;
- C) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS;
- D) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- E) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS FAZENDAS ESTADUAL;
- F) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DAS FAZENDAS MUNICIPAL DO DOMICÍLIO OU SEDE DA CONTRATADA;
- G) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.

13.2. ESTES DOCUMENTOS DEPOIS DE CONFERIDOS E VISADOS, SERÃO ENCAMINHADOS PARA PROCESSAMENTO E PAGAMENTO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS APÓS A RESPECTIVA APRESENTAÇÃO;

13.3. DEPOIS DO 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) DIA ÚTIL DO PROCESSAMENTO SERÁ PAGA MULTA FINANCEIRA NOS SEGUINTE TERMOS:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND \quad 100$$

ONDE:

VM = VALOR DA MULTA FINANCEIRA

VF = VALOR DA NOTA FISCAL REFERENTE AO MÊS EM ATRASO,

ND = NÚMERO DE DIAS EM ATRASO;

13.4. SERÃO RETIDAS NA FONTE, QUANDO DOS PAGAMENTOS, AS ALÍQUOTAS DOS TRIBUTOS CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF N° 480, DE 15/1/2004 DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E OUTRAS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.

13.5. NO CASO DA CONTRATADA SER OPTANTE PELO SIMPLES NÃO ESTARÁ SUJEITA A RETENÇÃO, MAS, DEVERÁ APRESENTAR O TERMO DE OPÇÃO DEVIDAMENTE AUTENTICADO, QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRONICA/ NOTA FISCAL, SOB PENA DE SER REALIZADA A RETENÇÃO DOS TRIBUTOS A QUE SE REFERE À CITADA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

13.6. OCORRENDO ERROS NA APRESENTAÇÃO DO (S) DOCUMENTO (S) FISCAL (AIS) SERÁ SOLICITADA À EMPRESA CONTRATADA IMEDIATA CORREÇÃO, FICANDO ESTABELECIDO QUE O PRAZO PARA PAGAMENTO SOMENTE SEJA CONTADO A PARTIR DA DATA DA REGULARIZAÇÃO;

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. OS RECURSOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DESTE OBJETO CORRERÃO À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

14.1.1. ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO, PARA O EXERCÍCIO 2018.

PROJETO/ATIVIDADE: ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FONTE DE RECURSO: 16020000 - COSIP

FICHA: 0000283

CÓDIGO: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS COM A SENHORA AMANDA BORGHI BARBOZA, NO ENDEREÇO: RUA BARÃO DE TIMBUÍ, S/N, BAIRRO CANARINHO, PEDRO CANÁRIO- ES, CEP 29.970-000, E-MAIL OBRAS@PEDROCANARIO.ES.GOV.BR, POR TELEFONE (27) 3764-1431;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

16.1. AMANDA BORGHI BARBOZA

TERMO DE REFERÊNCIA - AGRICULTURA

1. DO OBJETO

AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, DESTINADOS A ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição para atender as demandas desta secretaria, se justifica diante da necessidade de suprir prontamente ao atendimento desta Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente estendendo ao **setor da Defesa Civil**.

O objetivos serão utilizados durante o decorrer do presente ano, bem como na realização de projetos ou para suprir a falta dos materiais nos diversos setores desta Secretaria, os quais possibilitarão a otimização dos serviços, bem como trazer melhorias para a funcionalidade da secretaria quanto um melhor atendimento a população.

A aquisição ou contratação tem por fim

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento estabelecido para esse certame será de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

4. DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

Aquisição

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
01	ENXADÃO ESTREITO COM CABO 2,5 Libras	UNIDADE	01
02	ENXADA COM CABO GOIVADA DE 2,5 LIBRAS	UNIDADE	01
03	PÁ COMPACTA COM CABO METÁLICO	UNIDADE	01
04	FACÃO EM AÇO CARBONO 18" COM BAINHA	UNIDADE	03
05	TESOURA PARA GRAMA 12"	UNIDADE	09
06	LIMA MOTO SERRA 8X3/16" 01755BC3	01 CAIXA	10 UNID
07	LIMA CHATA PARA ENXADA 8"	01 CAIXA	10 UNID



EDITAL

08	CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA 4C HL006ER3INRPF	UNIDADE	02
09	CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.42231X231	UNIDADE	02
10	CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.46231X231	UNIDADE	01

5. DA ENTREGA, LOCAL E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, UTEIS ou CORRIDOS, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa 02 (duas) PARCELAS.

A ordem de serviço ou de fornecimento será encaminhada à CONTRATADA, mediante apresentação de requisição interna padronizada e assinada pelo fiscal titular ou adjunto do contrato, previamente credenciados na CONTRATADA, na qual será especificado o quantitativo e tipo de serviço ou material a ser adquirido.

A entrega dos materiais deverá ser realizada em dias úteis, no horário das 08:h às 16:30h, no seguinte local: Avenida Vila Velha nº 430, Centro, TELEFONE (27) 3764 0246.

O material ofertado deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a reservar suas características originais;

Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 02 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

A autoridade competente designará, formalmente, fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato, ao qual compete:

Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

Emitir ordens de serviço ou de fornecimento;

Receber, conferir, entregar ao demandante, recolhendo o atesto nas ordens de serviços, de fornecimento ou nota fiscal;

Devolver para a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de matérias empregados;

Receber, conferir e atestar as notas fiscais;

Comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigidas no instrumento convocatório da licitação;

Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for preciso para a regularização das falhas, defeitos observados, procedendo à juntada de documentos relevantes no processo administrativo pertinente ao contrato;

Apurar e lavrar relatório e considerações sobre qualquer infringência contratual não justificada pela CONTRATADA, encaminhando à autoridade competente para decisão quanto à aplicação ou não de penalidade;

Solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção de medidas convenientes nos casos em que as providencias necessárias ultrapassem sua competência de fiscalização, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

7. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização contratual será realizada pela **SERVIDORELVANI SANTOS SOUZA**, TECNICO M.DE NIVEL MEDIO Ilotada nesta secretaria, no qual foi designado para fiscal do contrato;

Apesar de a CONTRATADA ser a única responsável pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação dos serviços, por intermédio do servidor designado para a fiscalização.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE;

Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;

Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório da licitação;

Manter pessoal especializado para a execução dos serviços;

Manter pessoal, em serviço nas instalações da CONTRATADA, devidamente identificado com crachás e com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;

Disponibilizar para a CONTRATADA um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamadas;

Corrigir, a suas expensas, os serviços ou produtos que forem entregues com vícios defeitos ou incorreções, efetuando as devidas substituições num prazo de até 08 (oito) horas úteis;

Observar as prescrições relativas as leis trabalhistas, previdenciárias, físicas, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contratado, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

Ser responsável por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Emitir ordem de serviço ou de fornecimento com todas as informações necessárias para a perfeita prestação do serviço, por intermédio do representante designado pela administração;

Exercer a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por servidores especialmente designados;

Efetuar os pagamentos com pontualidade nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais fornecidos em desacordo;

Notificar a CONTRATADA, por escrito, na ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos produtos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Solicitar ao preposto sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação do fornecimento e serviços prestados pela CONTRATADA;

Prestar a CONTRATADA as informações e esclarecimento necessários à realização do objeto contratual;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contratuais e legais, permitindo acesso de seu pessoal técnico, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;

Controlar todos os pedidos de serviço e produtos, para posterior conferência com a nota fiscal emitida pela CONTRATADA.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

10. DAS PENALIDADES

A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se as penalidades constantes no art. 7º da Lei 10.520/02 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para o Município;

Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia, incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado para início na execução do contrato, que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente M: = Valor da multa, C= valor da obrigação e D= número de dias em atraso;

Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor unitário de cada fornecimento ou prestação de serviços realizados fora do prazo estabelecido no Termo de Referência;

Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pela recusa em prestar os serviços previstos neste Termo de Referência ou os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pedro Canário-ES por um período de até 02 (dois) anos, no caso de recusa quanto à prestação dos serviços e fornecimentos, assim como os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93;

As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração depois da devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei 8.666/93;

A aplicação da sanção declarada de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente da CPL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida depois de 02 (dois) anos de sua aplicação.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos mensais serão efetuados mediante o fornecimento a secretaria solicitante, de NOTA FISCAL ELETRÔNICA para o fornecimento de produtos ou NOTA FISCAL para a prestação de serviços, juntamente com o relatório gerencial das despesas emitido pela CONTRATADA, bem como os documentos de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 30 (Trinta) dias úteis após a respectiva apresentação;

Depois do 10º (décimo) dia útil do processamento será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF= Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso,

ND = Número de dias em atraso;



EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (ais) será solicitada à empresa CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

A NOTA FISCAL ELETRONICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado a Administração, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

A Administração poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe for devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA devesse manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação;

No texto da NOTA FISCAL ELETRONICA/ NOTA FISCAL, deverão constar, obrigatoriamente, o número do contrato (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por Ordem Bancária/ Transferência Bancária;

Para os casos de prestação de serviços também será exigido o relatório de adimplemento de encargos, que deverá ser encaminhado com os elementos especificados no caput do art. 1º da Lei Estadual nº 5.383/97 e alterações.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da atividade manutenção das atividades da secretaria elemento de despesa 339030000ficha 448 do orçamento do Município, para o corrente exercício.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos na Secretaria Solicitante com a servidor **ELVANI SANTOS SOUZA** no endereço avenida Vila Velha 430, centro e-mail agriculturapmpc@hotmail.com <<mailto:agriculturapmpc@hotmail.com>> e agricultura@pedrocanario.es.gov.br, por telefone (27) 3764 0246

14. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA

Rosilene Oliveira Andrade
Auxiliar administrativo

Gilberto Carlos Coelho
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente



ANEXO I

RELAÇÃO DOS OBJETOS/SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Lote 00001							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00004529	CAPACETE DE SEGURANÇA TIPO 02 CAPACETE CLASSE B, TIPO II (ABA FRONTAL), PARA USO GERAL INCLUSIVE PARA TRABALHOS COM ENERGIA ELÉTRICA COM JUGULAR CASCO: RÍGIDO, LEVE, BALANCEADO PARA UM DIA INTEIRO DE USO CONFORTÁVEL, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, NÃO SENDO CONDUTOR DE CORRENTE ELÉTRICA E COM ALTA RESISTÊNCIA DIELÉTRICA. POSSUI FENDAS LATERAIS (SLOT) PARA QUE SEJAM ACOPLADOS PROTETORES FACIAIS E AUDITIVOS. COR VERMELHO.		UN	6		
Valor Total do Lote							
Lote 00002							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00002	00008692	LUVA LUVA DE SEGURANÇA TAMANHO XG - PU PRETA, LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM NYLON, REVESTIMENTO EM POLIURETANO NA PALMA, FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS, PUNHO COM ELASTANO, POSSUI PROPRIEDADE ANTIESTÁTICA, C.A: 15.272, TAMANHO: XG		PR	20		
Valor Total do Lote							
Lote 00003							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00003	00001858	BOTA DE ELETRICISTA BOTA PARA ELETRICISTA COM ELÁSTICO EM COURO VAQUETA. SOLADO PU BIDENSIDADE - SEM BICO, TESTADO A 14KV CONFORME NORMA NBR 12576. COM CA. TAMANHO: 34 AO 46, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA.		PR	10		
Valor Total do Lote							
Lote 00004							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00004	00010099	CONJUNTO PARA ELETRICISTA CONJUNTO PARA ELETRICISTA CALÇA E CAMISA, DE ACORDO COM A NR10, PARA RISCO 1(I) E 2(II) COM PROTEÇÃO PARA ARCO-ELÉTRICO E FOGO REPENTINO - TECIDO FR 100% ALGODÃO 80Z (270 G/M ²); COM FAIXAS REFLETIVAS RETARDANTES A CHAMA (ANTICHAMA); FECHAMENTO FRONTAL EM BOTÕES COM VISTA; MANGAS LONGAS COM FECHAMENTO EM BOTÃO NO PUNHO; GOLA TIPO ESPORTE (ITALIANA) ABOTOADA ATÉ EM CIMA; BOLSO SUPERIOR ESQUERDO 13CM DE LARGURA E 14 CM DE ALTURA, APRESENTA TAMPA, FECHAMENTO COM VELCRO E DIVISÃO PARA CANETA; COSTURAS REFORÇADAS TIPO TRAVETE NOS PONTOS VULNERÁVEIS; ATPV 10,7 CAL/CM ² ; COSTURA REFORÇADA COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100% META ARAMIDA. COM CA. COR CINZA. TAMANHOS P AO XG. CALÇA PASSANTES PARA CINTO, PALA ATRÁS; FECHAMENTO EM BOTÕES COM VISTA; DOIS BOLSOS FRONTAIS; DOIS BOLSOS TRASEIROS; ATPV 10,7 CAL/CM ² ; COSTURA REFORÇADA COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100% META ARAMIDA. COM CA. COR CINZA. TAMANHO 36 AO 40. CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA.		UN	8		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Lote 00005							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00005	00010097	ESCADA DE FIBRA EXTENSÍVEL ESCADA DE FIBRA EXTENSÍVEL, NÃO CONDUTORA DE ELETRICIDADE. RESISTENTE A CORROSÃO QUÍMICA, MAIS LEVES E RESISTENTES QUE AS DE MADEIRA, ALUMÍNIO E AÇO. FÁCIL MANUSEIO E SEGURANÇA. CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 110 KG. FABRICADO DENTRO DOS PADRÕES E NORMAS DE EMPRESAS DE TELEFONIA E COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA. APLICAÇÃO: IDEAL PARA TRABALHO EM ELETRICIDADE. MEDIDA: 4,20M FECHADA (14 DEGRAUS) E 7,20M ABERTA (23 DEGRAUS).		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00006							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00006	00010168	ENXADAO ESTREITO COM CABO 2,5 LIBRAS ENXADÃO ESTREITO COM CABO 2,5 Libras		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00007							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00007	00010169	ENXADA COM CABO GOIVADA DE 2,5 LIBRAS ENXADA COM CABO GOIVADA DE 2,5 LIBRAS		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00008							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00008	00010170	PÁ COMPACTA COM CABO METÁLICO PÁ COMPACTA COM CABO METÁLICO		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00009							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00009	00010171	FACÃO EM AÇO CARBONO 18" COM BAINHA FACÃO EM AÇO CARBONO 18 COM BAINHA		UN	3		
Valor Total do Lote							
Lote 00010							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00010	00010172	TESOURA PARA GRAMA 12 TESOURA PARA GRAMA 12		UN	9		
Valor Total do Lote							
Lote 00011							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00011	00010173	LIMA MOTO SERRA 8X3/16" 01755BC3 LIMA MOTO SERRA 8X3/16 CAIXA C/10 UNIDADES		CX	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00012							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00012	00010174	LIMA CHATA PARA ENXADA 8 LIMA CHATA PARA ENXADA 8 CAIXA C/10 UNIDADES		UN	1		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Lote 00013							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00013	00010175	CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA 4C <i>CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA 4C</i>		UN	2		
Valor Total do Lote							
Lote 00014							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00014	00010176	CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.42 <i>CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.42</i>		UN	2		
Valor Total do Lote							
Lote 00015							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00015	00010177	CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.46 <i>CALÇA ANTI-CORTE MOTOSERRISTA - TAM.46</i>		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00016							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00016	00008689	BOTINA <i>BOTINA CONFECCIONADO EM RASPA, SEM BICO DE AÇO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO, PALMILHA EM NÃO TECIDO, FORRO EM NYLON POLIÉSTER, MONODENSIDADE, DISPONÍVEL NA COR PRETA. TAMANHO DO 34 AO 44 - CONFORME SOLICITADO.</i>		PR	230		
Valor Total do Lote							
Lote 00017							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00017	00008690	ENXADA <i>ENXADA - MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL ENXADA: METAL, COMPRIMENTO: 150 CM, LARGURA: 22 CM, PESO: 1,50 KG, COR: PRETO</i>		UN	150		
Valor Total do Lote							
Lote 00018							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00018	00008694	PÁ DE BICO <i>PÁ DE BICO COM TERMINAÇÃO D MATERIAL CABO: EUCALIPTO, MATERIAL PÁ: AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE, COMPRIMENTO DO CABO: 120 CM, LARGURA DA PÁ: 27 CM, COR: PRETO</i>		UN	40		
Valor Total do Lote							
Lote 00019							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00019	00008699	VASSOURA <i>VASSOURA PARA GRAMA E JARDIM - VASSOURA METÁLICA 22 DENTES COM OLHO DE 23 MM E CABO DE MADEIRA DE 120 CM. PRODUZIDA EM AÇO CARBONO AO BORO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. PALHETAS COMPLETAMENTE TEMPERADAS, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E ALTA PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO FABRICADO COM MADEIRA DE EUCALIPTO, DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO: 151,5 CM, LARGURA: 380 CM, PESO: 0,85 KG.</i>		UN	120		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Lote		Lote 00020					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00020	00010206	RASTELO RASTELO 14 DENTES CABO 150CM, ACOMPANHA DE CABO DE MADEIRA DE 150CM, LARGURA 37 CM, COMPRIMENTO 150CM.		UN	30		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00021					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00021	00010174	LIMA CHATA PARA ENXADA 8 LIMA CHATA 8 - PARA ENXADAS FABRICADA EM AÇO ESPECIAL DE ALTO CARBONO, TEMPERADA, JATEADA		UN	60		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00022					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00022	00008692	LUVA LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM QUATRO FIOS DE ALGODÃO, PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS.		PR	60		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00023					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00023	00008692	LUVA LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM VAQUETA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA E REFORÇO EMBUTIDA ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, ELÁSTICO PARA AJUSTE NO DORSO		PR	8		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00024					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00024	00008692	LUVA LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS E ESPESSURA DE 0,70MM. GARANTEM RESISTÊNCIA A PRODUTOS QUÍMICOS E IMPERMEABILIDADE. TAMANHO XG. COR AMARELA.		PR	40		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00025					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00025	00010207	LUVA DE PVC LUVA EM PVC PALMA ÁSPERA - 26 CM. CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO NA COR VERDE; PALMA ÁSPERA ANTI-DERRAPANTE; POSSUI 26CM DE COMPRIMENTO E TAMANHO 9; TESTADA E APROVADA ATRAVÉS DAS NORMAS MT-11:1977, LAUDOS DE ENSAIO 893939/2002.		UN	100		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. Nº

Fls.: _____

Ass. _____

Lote 00026							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00026	00010207	LUVA DE PVC <i>LUVA EM PVC PALMA ÁSPERA - 36 CM. CONFECCIONADA EM PVC, COM FORRO NA COR VERDE; PALMA ÁSPERA ANTI-DERRAPANTE; POSSUI 36CM DE COMPRIMENTO E TAMANHO 9; TESTADA E APROVADA ATRAVÉS DAS NORMAS MT-11:1977, LAUDOS DE ENSAIO 893939/2002.</i>		UN	100		
Valor Total do Lote							
Lote 00027							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00027	00008693	OCULOS DE SEGURANÇA <i>ÓCULOS DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDO DE UM VISOR EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO PRETO, POSSUEM SISTEMA DE AJUSTE DE TAMANHO E SÃO FIXADAS NO VISOR ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS. INCOLOR.</i>		UN	70		
Valor Total do Lote							
Lote 00028							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00028	00008695	PERNEIRA DE SEGURANÇA <i>PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LAMINADO DE PVC, COM FECHAMENTO EM SOLDA. TRÊS ALMAS DE POLIPROPILENO, COM ACABAMENTO INFERIOR E SUPERIOR EM VIÉS.</i>		PR	15		
Valor Total do Lote							
Lote 00029							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00029	00008697	PROTETOR SOLAR <i>PROTETOR SOLAR FATOR FPS 60 PROTETOR SOLAR FATOR FPS 60, EM FRASCO DE 200 ML. COM VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES.</i>		UN	122		
Valor Total do Lote							
Lote 00030							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00030	00008698	RESPIRADOR DESCARTAVEL <i>RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2, INDICADO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, FORMATO DOBRÁVEL É PRÁTICO DE USAR E ARMAZENAR, PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS, PODEMOS RECOMENDAR O RESPIRADOR PFF2 PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS NUMA CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE 10 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA DO CONTAMINANTE, TAIS COMO FUMOS METÁLICOS, POEIRAS DE GRÃOS, CIMENTO PORTLAND, FIBRAS TÊXTEIS, GRAFITE, PÓ DE MADEIRA, CARVÃO, PEDRAS.</i>		UN	100		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Lote		Lote 00031					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00031	00010220	CAPA DE CHUVA CAPA DE CHUVA DURÁVEL DE PVC LAMINADO, CAPA DE SEGURANÇA COM CAPUZ, CONFECCIONADA EM PVC, FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO E COSTURAS POR MEIO DE SOLDA ELETRÔNICA. COR: TRANSPARENTE. TAMANHO: G.		UN	100		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00032					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00032	00010221	PULVERIZADOR COSTAL DE ALAVANCA PULVERIZADOR COSTAL DE ALAVANCA 20 L , COM BOMBA DE PISTÃO ANTI-CORROSÃO, BUCHA DUPLA PARA MAIOR PRESSÃO E MENOR ESFORÇO, FILTRAGEM PROGRESSIVA EM QUATRO ETAPAS E CORREIAS ALMOFADADAS COM FI VELAS REGULÁVEIS; CAPACIDADE DO TANQUE 20l (5,3GAL) PESO VAZIO 4,4KG (9,7 LIBRAS) PRESSÃO MÁXIMA 5 BAR (75 PSI) EMBALAGEM (MM) (") 485X175X560 (19,1 X6,9 X22,0).		UN	4		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00033					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00033	00004529	CAPACETE DE SEGURANÇA TIPO 02 CAPACETE PLÁSTICO POLIPROPILENO TIPO II CLASSE B ABA FRONTAL BRANCO, CASCO FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM OITO PONTOS DE FIXAÇÃO AO CASCO. COROA DE SUSPENSÃO EM TIRAS CRUZADAS DE TECIDO POLIÉSTER OU EM POLIETILENO DE ALTA E BAIXA DENSIDADE COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO COM DUPLO ESTÁGIO. APARADOR DE SUOR SUBSTITUÍVEL EM ESPUMA DUBLADA COM POLIÉSTER E JUGULAR DE PLÁSTICO OU LOÇA. E SLOTS LATERAIS PARA ACOPLAR ABAFADOR DE RUÍDOS E VISEIRA. COPA COM ESTRIAS.		UN	50		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00034					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00034	00010222	CARRINHO DE MÃO CARRINHO DE MÃO DE FERRO, COM PNEU E CÂMARA.		UN	30		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00035					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00035	00009501	PNEU PNEU P/ CARRINHO DE MÃO.		UN	30		
Valor Total do Lote							
Lote		Lote 00036					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00036	00009502	CÂMARA DE AR CÂMARA P/ CARRINHO DE MÃO		UN	50		
Valor Total do Lote							



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

Lote	Lote 00037						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00037	00009938	BROXA RETANGULAR BROXA RETANGULAR 18cmX8cm.		UN	80		
Valor Total do Lote							
Lote	Lote 00038						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00038	00008699	VASSOURA VASSOURA GARI PET 40CM, BASE DE MADEIRA, ALTURA: 170 CM, LARGURA: 39 CM, PROFUNDIDADE: 5,5 CM, ALTURA CERDAS: 9 E 11 CM, ALTURA CABO: 150 CM, PESO: 1,25KG		UN	120		
Valor Total do Lote							
Valor Total Geral							



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO II

MODELO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Pedro Canário - ES, sob o nº ___/2018, na modalidade PREGÃO, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, representando em todos os atos do certame, bem como oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)

OBS. O credenciamento deverá ser devidamente assinado com reconhecimento de firma.



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

EDITAL

ANEXO III

MODELO

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada
(endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, principalmente a disposta no artigo 7º da Lei nº
10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente procedimento licitatório, em obediência
ao disposto no art. 4º, VII da Lei 10.520/02.

_____, em __ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

EDITAL

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Para fins de participação na licitação realizada na modalidade Pregão Presencial nº /2018, a(o) (*nome da Empresa*), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº , sediada (o) (*Endereço completo*), declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006 e, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declara ainda a intenção de usufruir, caso necessite, do prazo de regularização fiscal previsto nos artigos 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06, estando ciente de que a não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

_____, em __ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)

Observação importante:

- 1) Este Documento deverá ser assinado, com reconhecimento de firma, pelo representante legal da empresa e pelo Contador responsável pela contabilidade da empresa informando o número de Registro no Conselho Profissional.
- 2) Este Documento deverá ser OBRIGATORIAMENTE identificar o número do pregão, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

ANEXO V

MODELO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL
1	1						
2	2						
3	3						
...	...						
...	...						

Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGENCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

FAX: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____

CPF: _____ Ident. _____

Domicílio e cargo na empresa _____

Profissão: _____

Local/Data: _____

Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

EDITAL

ANEXO VI

MODELO

(INDICAR O NÚMERO DO PREGÃO EM EPÍGRAFE OU IDENTIFICAR A CADA TÓPICO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA COMERCIAL

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) (doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item 5.2 do Edital do Pregão Presencial acima mencionado, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Comissão de Pregão ou Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES antes da abertura oficial das propostas; e
- f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em __ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

Observação importante:

Este Documento deverá ser OBRIGATORIAMENTE identificar o número do pregão, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ N° _____, sediada na
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO VIII

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO DE PESSOAL, CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI N.º 9.854/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º 4.358/02

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL 000017/2018

Processo n° 000146,149,150 e 281/2018

Pregão n° 000017/2018

Contrato n° ____/2018.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO DE _____, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO E A
EMPRESA _____, NA FORMA
ABAIXO.**

O **Município de Pedro Canário**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 28.539.872/0001-41, com Sede à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário/ES, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. _____, brasileiro, (Estado Civil), (Profissão), portador da CI (RG) n° _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente nesta Cidade e a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____ neste ato representada pelo _____ (condição jurídica do representante) _____, Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) _____ ajustam o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE EPIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** nos termos da **Lei n° 10.520/02 e Lei 8.666/93, e alterações posteriores**, de acordo com o que constam dos Processo de n.º. **000146,149,150e281/2018** parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela Contratada datada de ____/____/____, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE EPIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

1.2 - Dotação Orçamentária:

1.2.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário - Processo n° 000146,149,150 e 281/2018.

Ficha:0000281

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Função: 25 - ENERGIA

Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA

Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS

Projeto/Atividade: 1.027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Elemento Despesa: 44903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte Recurso: 16020000 - COSIP

Ficha: 0000269

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Função: 17 - SANEAMENTO

Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS
Projeto/Atividade: 2.220 - SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA
Elemento Despesa: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 16050000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO ESTADUAL

Ficha: 0000283

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 080100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Função: 25 - ENERGIA
Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA
Programa: 0008 - INFRA ESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS E ESTR. VICINAIS
Projeto/Atividade: 1.027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Elemento Despesa: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte Recurso: 16020000 - COSIP

Ficha: 0000448

Órgão: 110000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 110100 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0041 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
Projeto/Atividade: 2.069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Elemento Despesa: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 10000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS0801002575200081.027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA44903000000 - MATERIAL DE CONSUMOFicha - 00281Fonte de Recurso - 16020000

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____) sendo que o pagamento será realizado, **em até 30 (trinta) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo, que deverá conter obrigatoriamente, o visto da Secretaria Solicitante.

2.1.1 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na **lei nº 4.320/64**.

2.2 - Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (is), o (s) mesmo (s) será (ão) devolvido (s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.3 - APMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.4 - O pagamento da fatura somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

2.5 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a **PROPOSTA e a HABILITAÇÃO**. **Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93**.

2.6 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o **Art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993**.

2.7 - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente **atestada** pelo setor competente e, conforme dispõe o **art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93**.



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

2.8 - Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no **inciso XIV, alíneas "c" e "d" do Art. 40 da Lei 8.666/93**.

CLÁUSULATERCEIRA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

3.1 - Os preços poderão ser reajustados, mediante comprovação de variação de mercado.

3.2 - O valor pactuado poderá sofrer reajuste de preços na sua periodicidade, podendo sofrer variações para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, baseando-se para tal procedimento na **alínea "d" do inciso "II" do artigo 65 da lei 8.666/93 e alterações**.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 - O prazo para assinatura do Contrato é de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

4.2 - A vigência do Contrato será até o último dia do exercício, 31/12/2018, **contado da data de sua assinatura**, obedecidos aos prazos legais para sua publicação, na forma da Lei, sendo que fornecimento somente se dará após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal Solicitante, podendo, a critério da Municipalidade, ser prorrogado, até o limite previsto no **art. 57 da Lei 8.666/93**.

4.3 - A fiscalização fornecerá, junto com a Autorização de Fornecimento, todos os elementos indispensáveis ao início do fornecimento.

4.4 - Prazo de entrega: A entrega deverá ser realizada de acordo com a solicitação da secretaria, após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" em conformidade com o cronograma de entrega.

4.4.1 - Os objetos descritos no contrato deverão ser realizados de acordo com a solicitação da secretaria, em local e horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

4.4.2 - Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes no termo de referência ou no edital.

4.4.3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (**artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93**).

4.5 - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.

4.6 - O objeto em desacordo com as especificações, com faltas e avarias, de responsabilidade da empresa, deverá ser substituído. Nestes casos o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento, observado o item 5.1.

4.7 - A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua entrega, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a Contratada da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.

4.8 - Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pela responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) Alteração das especificações pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;

c) Interrupção da execução da Autorização de Fornecimento ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

- d)** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
- e)** Impedimento de cumprimento da execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- f)** Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.9 - Constatada a interrupção do fornecimento, por motivo de força maior, o prazo estipulado no edital deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à sua retomada.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIAS

5.1 - A licitante deverá oferecer garantia por quaisquer defeitos constatados nos objetos entregues, sem quaisquer ônus para este Município, sendo responsável pela retirada e entrega dos objetos no setor de origem. Durante este período o fornecedor ficará obrigado a efetuar, as suas expensas, as alterações e/ou substituições que se fizerem necessárias, em decorrência de anomalias, vícios ou defeitos de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas nas características a que se destina.

5.2 - A licitante assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, e todos os demais encargos que porventura venham incidir sobre o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

6.1 - A recusa da contratada em entregar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.

6.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

6.3 - Pela inexecução total ou parcial dos termos do contrato o município poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor total do contrato, se as entregas dos objetos não forem na data prevista até o período máximo de 30 (trinta) dias.
- c)** Multa cominatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d)** Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

6.4 - As sanções previstas no subitem 6.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento das mesmas.

6.5 - As sanções estabelecidas no subitem 6.3 letras "d" e letra "e" são da competência do Prefeito Municipal.

6.6 - As sanções previstas no subitem 6.3 letras "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

6.7 - As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

6.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:

1. Não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos ou o seu cumprimento irregular;
2. Descumprimento do Contrato, levando o Município a comprovar a impossibilidade dos serviços no prazo determinado;
3. Atraso injustificado no início dos serviços;
4. Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Município por prazo superior a 3 (três) dias;
5. Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Contrato;
6. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pelo Município para a fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
7. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
8. Decretação de falência da CONTRATADA;
9. Dissolução da sociedade;
10. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal;
12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

7.2 - Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento do material entregue, depois de conferidos e aprovados pela fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO

8.1 - Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pelo município à contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 2.1, tendo em vista ao aumento de serviço, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 - **A fiscalização** da entrega do objeto deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE no local determinado, através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as entregas, os prazos, as propostas e condições do presente Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

10.1 - **A CONTRATADA** obrigar-se-á a fornecer informações, sempre em regime de entendimento com a fiscalização,



Fls.: _____

Ass.

EDITAL

dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

10.2 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

10.3 - **A CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

10.4 - Cabe à **CONTRATADA**, permitir e facilitar à fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

10.5 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1 - A **CONTRATADA** será responsável pela qualidade do objeto, descritos neste instrumento.

11.2 - A **CONTRATADA** compromete-se a entregar o objeto conforme descrito no termo de referência ou no Edital, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no **artigo 65 da Lei 8.666/93**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Para dirimir questões oriundas deste Edital e do futuro contrato, fica eleito o Foro de Pedro Canário - ES, Comarca de Pedro Canário.

Pedro Canário, ___ de _____ de 2018.

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1º) _____

2º) _____

CPF nº

CPF nº